

1	INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	3
2	O PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO E ALTO RIO CUIABÁ.....	5
2.1	Os objetivos.....	5
2.2	A área de abrangência.....	6
2.3	As diretrizes do PBH.....	10
2.4	As etapas de elaboração.....	10
2.5	O Grupo de Acompanhamento do Plano -GAP.....	11
2.6	O Diagnóstico Técnico Participativo.....	12
3	CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E UNIDADES DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO	17
3.1	A Região Hidrográfica do Paraguai	19
3.2	A Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá.....	21
3.3	A Unidade de Planejamento e Gerenciamento da RH do Alto Rio Cuiabá- UPG P4.....	23
3.4	Sub bacias Hidrográficas da UPG P4.....	26
4	OS ATORES SOCIAIS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE BACIA DO MÉDIO E ALTO RIO CUIABÁ.....	28
4.1	Introdução.....	28
4.2	Metodologia.....	29
4.3	Resultados.....	32
4.4	Atores sociais do Plano de Bacia Hidrográfica UPG P-4	35
4.4.1	Setor público.....	35
4.4.1.1	Esfera Federal.....	35
4.4.1.2	Esfera Estadual.....	37
4.4.1.3	Esfera Municipal.....	39
4.4.1.4	Municípios da UPG P-4 com os serviços de Abastecimento Público e Esgotamento Sanitário.....	40
4.4.2	Sociedade civil.....	43
4.4.3	Comitês de Bacias Hidrográficas em Mato Grosso UPG P-4	49
4.4.4	Usuários.....	50
4.4.5	Membros do CBH Cuiabá ME.....	51
4.4.5.1	Setor Público Federal	51
4.4.5.2	Setor Público Estadual.....	51
4.4.5.3	Setor Público Municipal	52
4.4.5.4	Setor Sociedade Civil.....	53

Capítulo 1

4.5 Conclusão 55

5 REFERÊNCIAS..... 57



CAPÍTULO 1

Eliana B. N. R. Lima,

José Álvaro da Silva,

Por: Josita Correto da Rocha Priante,

Maria Jacobina da Cruz Bezerra,

Viktor Antal Stringhini.

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) reconhece a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico e estabelece como um dos instrumentos de promoção e proteção deste bem, o Plano de Bacia Hidrográfica, na qualidade de plano diretor dos recursos hídricos.

Nesta perspectiva e de acordo com os objetivos e diretrizes da PNRH e toda a legislação infraconstitucional incidente, normativas e termo de referência, citados ao longo dos estudos apresentados neste documento, se deu início a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) do Médio e Alto Rio Cuiabá.

A missão do PBH do Médio e Alto Rio Cuiabá é consolidar o planejamento das ações necessárias ao enfrentamento dos desafios existentes, orientando e integrando com as políticas e intervenções previstas no Plano de Recursos Hídricos do Paraguai, visto a bacia do Rio Cuiabá pertencer a Região Hidrográfica do Paraguai, e outros Planos (Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Metropolitana, Plano Estadual de Resíduos Sólidos e Planos Municipais de Saneamento Básico).

A visão é assegurar a utilização sustentável das águas, compatibilizando-as com os múltiplos usos, as demandas e disponibilidades hídricas em um horizonte de 20 (vinte) anos e com a necessidade de conservação e proteção da bacia e do Pantanal, como um todo.

O PBH do Médio e Alto Rio Cuiabá (PBH) tem o objetivo de produzir um instrumento de planejamento que permitirá ao Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Cuiabá, Margem Esquerda (CBH Cuiabá ME), órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a Unidade de Planejamento e Gerenciamento Paraguai 4, (UPG P4) gerirem efetiva e sustentavelmente os recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia.

Faz-se necessário introduzir rapidamente o CBH Cuiabá ME como reconhecimento desta instância dentro da cadeia de valor dos recursos hídricos, que ao entender a importância de um planejamento para a gestão de um bem público a ele outorgado, buscou a parceria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso para financiá-lo.

A proposta de criação desse Comitê foi aprovada pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) nº 47, de 13 de setembro de 2012¹. Entretanto, sua instituição se deu somente em 2015 pela Resolução CEHIDRO nº 77, de 14 de maio de 2015².

O CBH Cuiabá ME integra a Região Hidrográfica do Paraguai, sub-bacia do Alto Rio Cuiabá e pertence à Unidade de Planejamento e Gerenciamento UPG P-4 (Moraes, 2018). A área de abrangência do comitê corresponde a 25% de toda a UPG-4.

Os principais afluentes da margem esquerda do rio Cuiabá são os rios Coxipó-Açú, Coxipó, São Lourenço, Aricá Mirim, Manso e Itiquira e, entre os córregos de maior importância, pode-se citar o Ribeirão do Lipa, Gambá, Manoel Pinto, Prainha, Barbado, Bandeira e São Gonçalo (Silva, 2007).

O rio Cuiabá é rio federal, por ter sua foz no rio Paraguai, localizada na divisa entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na planície do Pantanal. Por esta razão, o referido Comitê abrange, apenas, a área de drenagem de afluentes que são rios estaduais.

A atuação do CBH Cuiabá ME compreende a área que se inicia na confluência dos rios Manso e Cuiabazinho até a sede urbana do município de Barão de Melgaço, abrangendo os municípios de Acorizal, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, em um total de 7.248,26 km².

Entre as atribuições do Comitê está o acompanhamento e a aprovação do plano de recursos hídricos da bacia. A elaboração deste instrumento de planejamento foi defendida pelos membros do Comitê, em 2019, após oficina realizada pelo Observatório da Governança das Águas-OGA, que assim se manifestaram:

“A ausência do **plano de bacia** e do **sistema de informações** dificulta a priorização das ações a serem definidas pelo comitê, um dos aspectos que se interrelacionados com a baixa percepção do papel deste colegiado na governança e gestão da água”.

Diante da necessidade da elaboração do PBH, anseio manifestado pelos membros do Comitê, como instrumento imprescindível para nortear as ações a serem priorizadas e

¹ Resolução CEHIDRO nº 47, de 13 de setembro de 2012¹, publicada no Diário Oficial do Estado de 01 de outubro de 2012.

² Resolução CEHIDRO nº 77, de 14 de maio de 2015 publicada no Diário Oficial do Estado de 19 de maio de 2015.

hierarquizadas por esta instância, e com isso avançar no nível de governança, se iniciou a busca por parceiros para o financiamento do plano.

Assim, o Comitê, de forma pioneira, obteve do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), que sensível a essa questão, disponibilizou recursos que viabiliza os custos para a elaboração do referido Plano por meio de parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Fundação Uniselva.

Importante ressaltar nesta introdução que conforme determinado no Termo de Referência desse PBH, o CBH Cuiabá ME ficará responsável pelo monitoramento e acompanhamento dos córregos urbanos próximos ao Rio Cuiabá na elaboração dos estudos que compreendem este Plano, enquanto não ocorrer a ampliação da área do comitê para toda a extensão da bacia. Essa temática tem sido tratada em reunião do Comitê, inicialmente, a inclusão da área da margem direita do rio Cuiabá, mas, que ainda não foi viabilizada, em decorrência da necessidade de maiores articulações com os demais municípios que compõem a bacia de referência.

O Plano de Bacia é documento programático da bacia hidrográfica, contendo as diretrizes de uso dos recursos hídricos e as medidas correlatas. Em outras palavras é a agenda de recursos hídricos da bacia.

*Termo de Referência elaborado pelo
CBH- Cuiabá, ME*

*Por Eliana R. Lima
José Álvaro Silva*

2 O PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO E ALTO RIO CUIABÁ

O PBH do Médio e Alto Rio Cuiabá surgiu da necessidade de um instrumento de planejamento que possibilitasse ao CBH Cuiabá ME e demais órgãos gestores dos recursos hídricos, uma gestão sustentável dos recursos hídricos sob sua competência, tendo em vista as demandas e conflitos existentes, em especial na região metropolitana de Cuiabá e Várzea Grande.

2.1 Os objetivos

São objetivos específicos do PBH da UPG P4:

- I. Garantir o uso múltiplo racional e sustentável das águas preservando qualidade e quantidade para as gerações presentes e futuras;
- II. Compatibilizar oferta e demanda de água, de modo a assegurar as disponibilidades hídricas em quantidade, qualidade e confiabilidade adequadas aos usuários;
- III. Atender as demandas de água com foco sustentável (econômico, social e ambiental), priorizando o consumo humano;
- IV. Proporcionar o uso racional e integrado dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

Capítulo 1

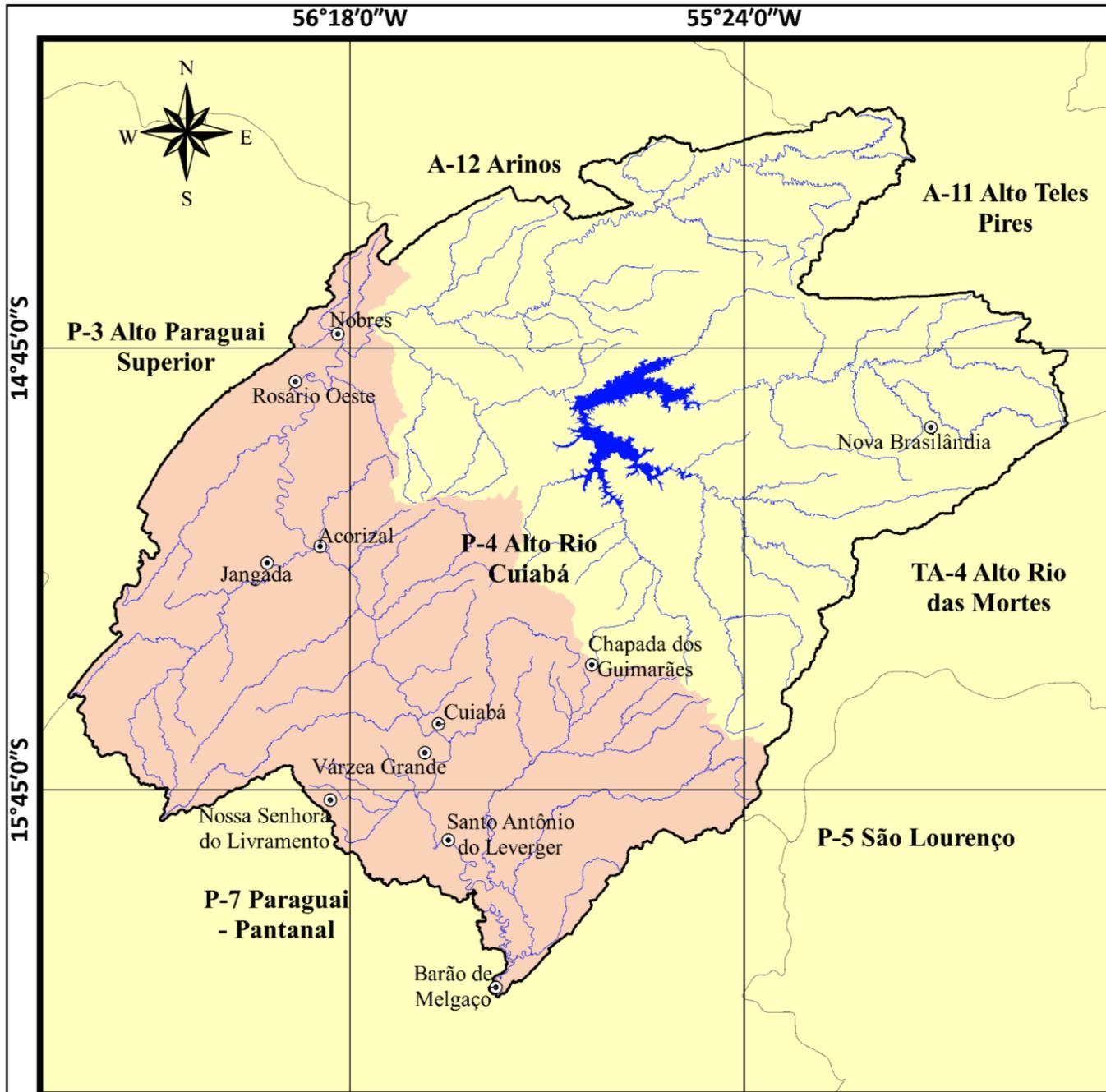
- V. Compatibilizar o uso, controle e proteção dos recursos hídricos às aspirações sociais do CBH Cuiabá ME, do MPMT e da SEMA-MT;
- VI. Propor enquadramento dos corpos hídricos considerando as prioridades de uso da água;
- VII. Auxiliar na criação do Comitê de Bacia da Margem Direita do Rio Cuiabá ou adicionar ao Comitê da Margem Esquerda, toda Região Hidrográfica do alto Rio Cuiabá (UPG P4);
- VIII. Assegurar o uso e ocupação da terra na UPG P4, de forma sustentável, garantindo a proteção e preservação da bacia hidrográfica;
- IX. Identificar conflitos de outorga, uso da água e de lançamento ou diluição de esgotos;
- X. Proporcionar aos órgãos gestores do Plano de Bacia, subsídios suficientes para tomada de decisão em caso de futuros usos da água que possam impactar as características físicas dos corpos hídricos, a ictiofauna, a qualidade e disponibilidade de água para outras atividades que poderão surgir durante o horizonte temporal previsto no PRH.

2.2 A área de abrangência

O Rio Cuiabá pertence à Região Hidrográfica do Paraguai, nasce no município de Rosário Oeste, é formado pelo rio Cuiabá da Larga (nascente principal) e Cuiabá do Bonito. Na confluência desses rios passa a se chamar Cuiabazinho, até o encontro com o Rio Manso, na divisa dos municípios de Nobres e Rosário Oeste, ponto no qual recebe a denominação de Rio Cuiabá, até o encontro com o Rio Paraguai, já no estado de Mato Grosso do Sul.

A área de abrangência desse PBH, inicialmente prevista para o Médio Rio Cuiabá, conforme mapa abaixo, foi posteriormente ampliada por meio de um segundo projeto apresentado e aprovado pelo MPMT (mapa abaixo), para alcançar o Alto Rio Cuiabá e assim toda a Unidade de Planejamento e Gerenciamento Paraguai 4(UPG P4).

A área total do PBH do Médio e Alto Rio Cuiabá (UPG P4) corresponde a 28.984 km²



DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO RIO CUIABÁ E DA UPG P-4

Delimitações:

-  Limite da UPG P-4
-  Bacia do Médio Rio Cuiabá
-  Unidade de Planejamento e Gestão (UPG)

Localidades:

-  Sede municipal

Hidrografia:

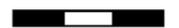
-  Hidrografia Simplificada

Fonte dos dados:

Hidrografia adaptada - SEMA
Unidade de planejamento - SEMA

1:1.300.000

10 20 30 km



Sistema de Coordenadas Geográficas:

Datum: SIRGAS 2000

Elaborado em julho/2022

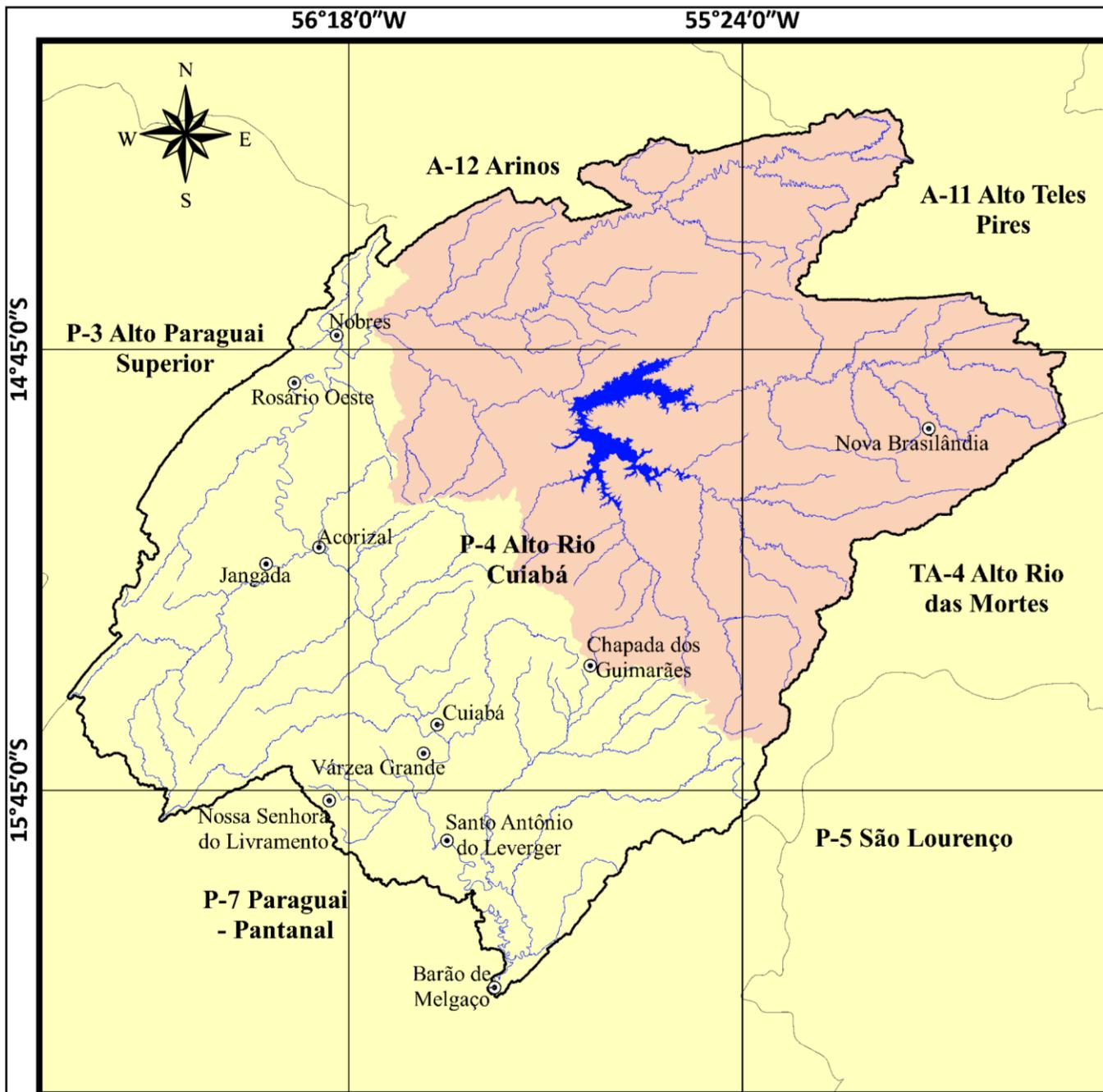
Plano de Recursos Hídricos - UPG-P4



A junção dos dois projetos definiu a área total de abrangência desse PBH que corresponde à 28.984,121 km², resultante dos recortes necessários do entorno, da inclusão da área do alto rio Cuiabá e Manso e principalmente da inclusão do perímetro urbano do município de Barão de Melgaço.

Para definição da área total foi adotado o recorte de delimitação da área utilizada pela ANA, por abranger o perímetro urbano do município de Barão de Melgaço, ao passo que o recorte utilizado pela SEMA-MT não o incluía, ainda que se aproximasse.

Por isto, foi necessário um ajuste no recorte externo conforme definição e orientação definidas em reunião conjunta entre a equipe técnica do PBH e a SEMA-MT.



DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO RIO CUIABÁ E RIO MANSO E DA UPG P-4

Delimitações:

-  Limite da UPG P-4
-  Bacia hidrográfica do Alto Rio Cuiabá e Rio Manso
-  Unidade de Planejamento e Gestão (UPG)

Localidades:

-  Sede municipal

Hidrografia:

-  Hidrografia Simplificada

Fonte dos dados:

Hidrografia adaptada - SEMA
Unidade de planejamento - SEMA

1:1.300.000

10 20 30 km



Sistema de Coordenadas Geográficas:

Datum: SIRGAS 2000

Elaborado em julho/2022

Plano de Recursos Hídricos - UPG-P4



2.3 As diretrizes do PBH

A metodologia do PBH está estruturada de forma a atender as seguintes diretrizes:

1. Está em conformidade com o atual modelo de gestão de recursos hídricos nos termos da Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Estadual de Recursos Hídricos, Plano Estadual de Recursos Hídricos e Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO);
2. É oportunizada a participação de órgãos públicos gestores e colegiados relacionados direta ou indiretamente aos recursos hídricos;
3. Todos os estudos desenvolvidos são apresentados ao CBH Cuiabá ME assim como todas as atividades externas são previamente submetidas à apreciação e aprovação desta instância;
4. Os estudos que compõem o PBH são encaminhados ao Grupo de Acompanhamento do Plano (GAP) conforme estabelecido na Resolução Conjunta do CEHIDRO e CBH Cuiabá ME³;
5. Estudos temáticos e regionais precedentes, relevantes pela importância e qualidade são aproveitados no PBH;
6. A participação da sociedade na elaboração do PBH, principalmente os atores da bacia, mapeados e caracterizados inicialmente, é assegurada por meio de várias atividades previstas no Plano de Comunicação e Mobilização Social (PMCS);
7. Ao final, o PBH deve traduzir a escolha de todos os setores da sociedade baseada nas evidências técnicas e científicas dos estudos que o compõem, visando a gestão, o gerenciamento e a governança da bacia hidrográfica do Médio e Alto Rio Cuiabá.

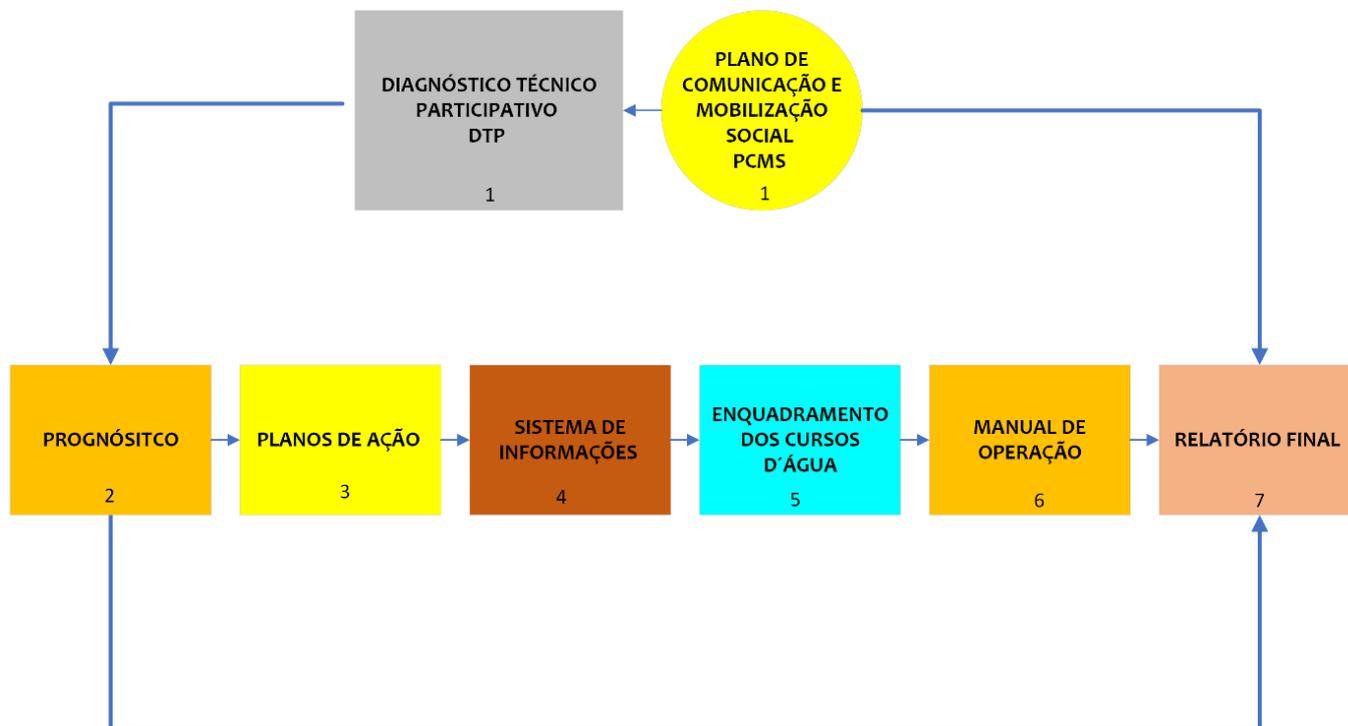
2.4 As etapas de elaboração

Para a elaboração do conteúdo do PBH do Médio e Alto Rio Cuiabá se ateu ao Termo de Referência do CBH Cuiabá-ME e à Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) n°145, de 12 de dezembro de 2012, além de toda a legislação e normativas incidentes sobre os assuntos tratados.

Assim, as etapas para a elaboração do PBH foram estabelecidas na ordem da Figura 1, abaixo.

³ Resolução Conjunta CEHIDRO/CBH Cuiabá-ME, n°01 de 15 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso, ed. 28.333, de 20 de setembro de 2022

Figura 1. Fluxo das etapas do Plano de Bacia Hidrográfica UPG P4



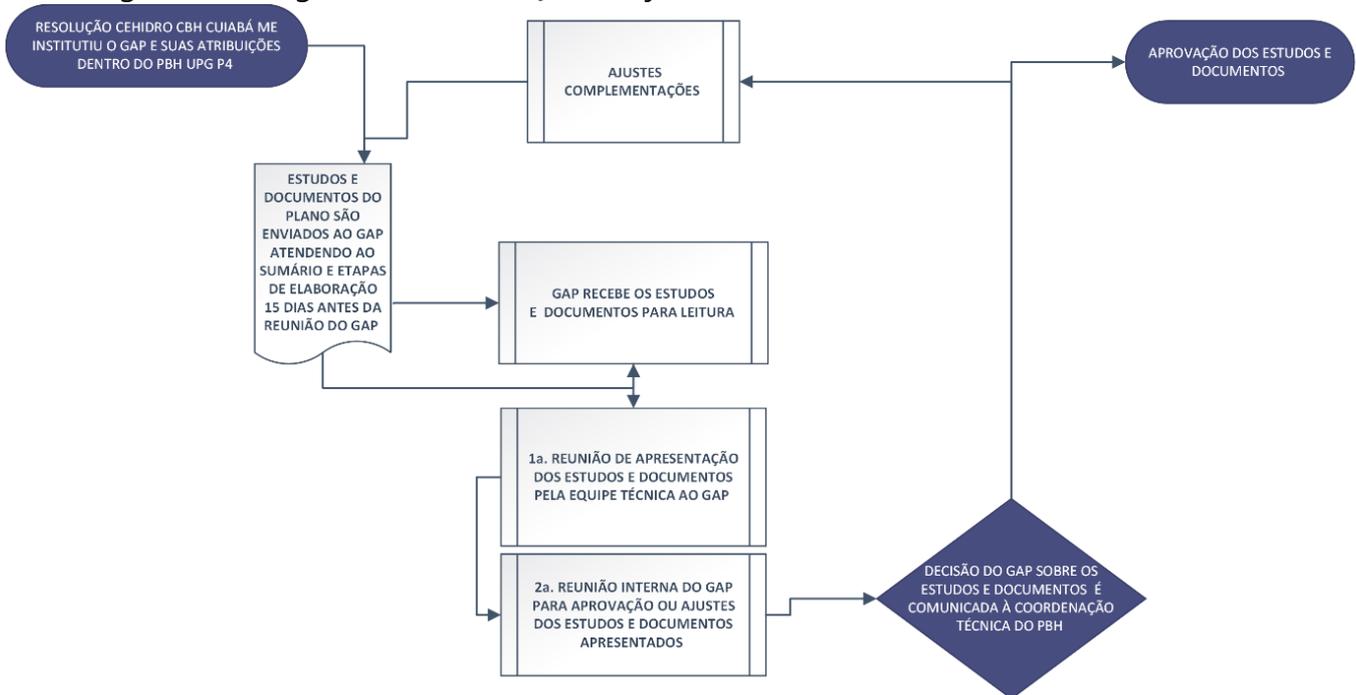
Fonte: Equipe PBH, 2022

2.5 O Grupo de Acompanhamento do Plano -GAP

O Grupo de Acompanhamento do Plano (GAP), instância responsável pelo acompanhamento, análise e aprovação desse PBH, foi constituído pela Resolução Conjunta CEHIDRO/CBH Cuiabá-ME, nº. 01, de 15 de setembro de 2022 conforme documento anexo (anexo III).

A interação entre o GAP e a equipe técnica responsável pela elaboração do PBH está demonstrada no fluxograma abaixo (Figura 2).

Figura 2 Fluxograma da Resolução Conjunta CEHIDRO- CBH Cuiabá ME n. 01/2022



2.6 O Diagnóstico Técnico Participativo

O diagnóstico técnico participativo (DTP), primeira etapa do PBH, tem como objetivos específicos:

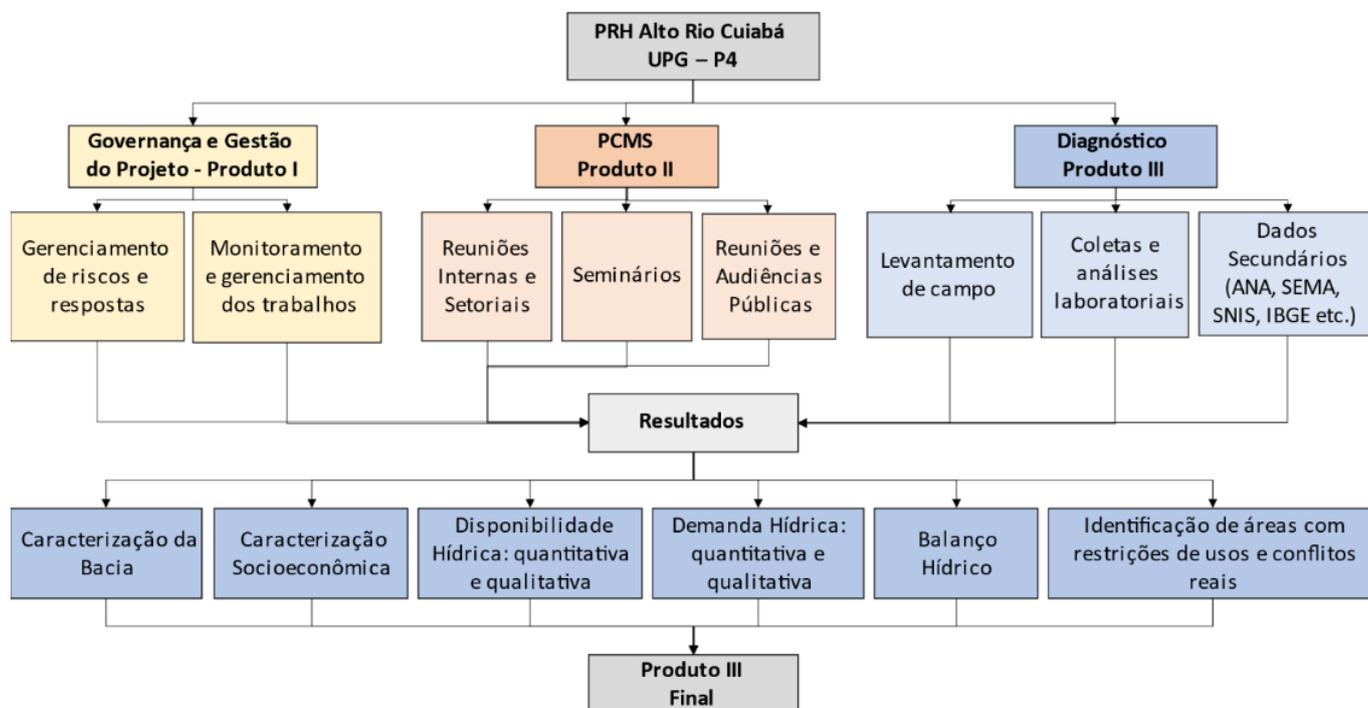
1. Caracterizar a UPG P-4 do ponto de vista físico, biótico, socioeconômico, do uso e ocupação do solo, das políticas, planos, programas e projetos setoriais;
2. Apresentar um estudo socioeconômico consistente da UPG P4;
3. Levantar informações existentes sobre disponibilidade hídrica do ponto de vista quantitativo e qualitativo dos corpos hídricos da UPG P4;
4. Levantar as demandas quantitativas e qualitativas atual, da UPG P4;
5. Apresentar um balanço hídrico para o cenário atual;
6. Identificar áreas com restrições de usos na UPG P4;
7. Identificar conflitos reais e potenciais;
8. Propor uma agenda temática para a RH do alto Rio Cuiabá.

A metodologia adotada para realização do DTP está apresentada no fluxograma da Figura 3 e compõe:

1. governança e gestão do projeto;
2. plano de Comunicação e Mobilização Social (orienta definição da logística e mobilização para realização dos eventos programados) e,

- diagnóstico técnico que compreende levantamento de dados primários e secundários, coletas e análises laboratoriais.

Figura 3: Fluxograma de elaboração dos produtos I e II



Fonte: Equipe PBH, 2022

Pelos desafios inerentes à elaboração de planos de bacia e no intuito de monitorar e acompanhar cada detalhe das etapas, dos conteúdos, proporcionar a integração das equipes técnicas envolvidas, de caráter multidisciplinar, bem como os prazos e entregas, atentando-se para o escopo e a qualidade do PBH contamos com a área de Gestão e Governança do Projeto (GGProj), cujas atribuições e planejamento estão relacionados no anexo I, que integra este documento.

A comunicação e a mobilização social do plano em elaboração são elementos importantes e indispensáveis de todas as etapas pois, por meio do Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) é que se dará publicidade e visibilidade a forma como se está sendo pensada a gestão e a governança da Bacia Hidrográfica do Médio e Alto rio Cuiabá. Com a ampla divulgação dos estudos à sociedade, sobretudo aos setores que impactam e são impactados pelo uso dos recursos hídricos da área de abrangência do plano, se pretende convencê-los tanto da relevância do tema quanto da necessidade de engajamento nas questões relacionadas. O PCMS está apresentado no anexo II, parte integrante do presente documento.

Para alguns macros itens serão necessários uma metodologia específica complementar sintética, para justificar a utilização de dados e informações diferentes daqueles encontrados nas fontes oficiais utilizadas, bem como para justificar o valor médio e seu método de cálculo.

A elaboração do DTP está organizada em seis (6) capítulos de modo a facilitar a compreensão de um assunto de visível complexidade. Esta divisão atende ao conteúdo previsto no Termo de Referência do CBH Cuiabá ME e está estabelecido no Sumário do Diagnóstico, previamente aprovado pelos membros do CBH Cuiabá-ME.

Cada um dos seis (6) capítulos tem objetivos e resultados esperados como exposto a seguir.

O **Capítulo 1** traz a caracterização da área de abrangência do plano de bacia do Médio e Alto rio Cuiabá que compõe uma das Unidades de planejamento da região hidrográfica Paraguai a UPG-4. Estrategicamente, neste estudo foram subdivididas em cinco (5) sub-bacias de forma a melhor descrever as características físicas, geológicas, climatológicas, a sazonalidade presente e os recursos hídricos superficiais e subterrâneos presentes em cada uma delas. Também se encontra identificados neste capítulo os municípios e as respectivas populações, na área da bacia hidrográfica.

Os resultados dessa caracterização permitem identificar as interfaces resultantes da atuação conjunta de múltiplos agentes naturais, tais como a estrutura geológica, o relevo, o clima, o solo, a vegetação e a fauna nos recursos hídricos superficial e subterrâneos existentes na bacia.

Ainda neste capítulo, apresentamos os atores sociais estratégicos localizados na área de abrangência da UPG P4. Para este mapeamento e caracterização foram identificados, preliminarmente, organizações dos três (3) setores da economia: público, privado e sem fins lucrativos que, de alguma forma, são impactados ou impactam a bacia objeto deste estudo.

O resultado deste estudo tem relação direta com o Plano de Comunicação e Mobilização Social visto que neste instrumento, indispensável e essencial para dar visibilidade e publicidade à elaboração do PBH, está planejada toda a interação com a sociedade civil, sobretudo com os atores sociais estratégicos. É por meio destes que se alcançará (assim é esperado) a participação social e fomentará a importância do controle social sobre os recursos hídricos da área de abrangência desse plano.

O **Capítulo 2** concentra temas que mantem certa correlação. Inicia-se com o sistema político no qual os planos de bacia hidrográfica estão inseridos e se relacionam, à exemplo dos setores elétrico e de saneamento básico. Isto porque o ecossistema legal e institucional que pauta os recursos hídricos e suas interações com outras políticas, nas esferas federal, estadual e

municipal, constitui a base para a compreensão dos desafios que nos são postos para a gestão e a boa governança dos recursos hídricos.

Importante ressaltar que a questão energética será analisada na elaboração deste plano considerando a demanda presente e a futura do setor, em um horizonte de 20 (vinte) anos e a disponibilidade hídrica da Unidade de Planejamento e Gestão -P4, contabilizando as mudanças climáticas e o uso do solo na região.

Assim, de forma a iniciar o leitor nesta temática, descrevemos neste primeiro estudo como está estruturado o setor elétrico para posteriormente, nas etapas que se seguirão, apresentarmos o cenário atual e futuro da demanda elétrica e o impacto em nosso objeto de estudo.

Ainda neste capítulo, lembramos a interface entre os quatro setores do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e dos resíduos sólidos) e a gestão dos recursos hídricos. Nos limitamos nesse capítulo a um histórico do saneamento no Brasil e no Estado de Mato Grosso enfatizando o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), o estado da arte dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) de nosso Estado.

O desafio de planejar e fazer a gestão compartilhada das políticas de saneamento com as de recursos hídricos ficará mais bem evidenciado nas etapas de prognóstico e planos de ações.

O **Capítulo 3** concentra os instrumentos de gestão dos recursos hídricos, introduzidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos e referenciados na Política Estadual de Recursos Hídricos. São eles, instrumentos indispensáveis para a efetividade dos planos de bacia. Congregamos também neste capítulo, o conjunto de políticas, planos, programas e projetos setoriais relacionados aos recursos hídricos com destaque para dois textos especiais sobre o estudo de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos, contribuição do Prof. Dr. Walter Collischonn, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Profa. Dra. Daniela Maimoni de Figueiredo., do Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos da Universidade Federal de Mato Grosso. Com a visão de duas diferentes áreas, a da hidrologia e da biologia, respectivamente, estes textos, juntamente com os dados e informações dos Capítulos IV e V, são referenciais para a construção do plano de ação para a bacia, etapa da elaboração deste PBH, que apresenta os cenários ideais para controle dos impactos sociais e ambientais da região da UPG P4.

Ainda neste capítulo há indicação, de forma preliminar, de fontes de recursos disponíveis no momento de elaboração deste diagnóstico que nos indicam quais ações/projetos relacionados aos recursos hídricos estão sendo beneficiados com destaque para a recém aprovada Resolução CEHIDRO n.º154, de 15 de setembro de 2022 que, certamente, servirá para a propositura de ações do plano de ação desse PBH.

O **Capítulo 4** encerra as caracterizações socioeconômicas, física e biótica, de uso e ocupação do solo e dos usos da água destacando o processo da urbanização presente nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande e a implantação da APM Manso no final da década de 90 que provocou uma mudança no regime hidrológico do Rio Cuiabá . Este capítulo descreve os biomas presente nas sub bacias e as Unidades de Conservação e outras áreas, bem como a fauna, flora , a biota aquática , ictiofauna, enfatizando as diferenças, anterior e posterior a implantação da Barragem de Manso. De forma especial, este capítulo apresenta o estudo sobre os impactos da urbanização na área da UPG P4, do Prof. Dr. Cláudio Miranda e Pesquisador Associado da UFMT , intitulado Tendências de desenvolvimento e expansão urbano-industrial, no qual nos alerta para a necessidade de conciliação dos planos urbanos com o plano de recursos hídricos, aqui em construção.

O **Capítulo 5** apresenta os estudos sobre disponibilidade e a demanda hídrica, quali-quantitativa, o balanço hídrico e identifica as áreas com restrição de uso da água. Neste capítulo também contamos com especial estudo Agrotóxicos e fármacos na Bacia do Rio Cuiabá, de autoria da Profa. Dra. Eliana Freire Gaspar de Carvalho Dores, da Universidade Federal de Mato Grosso.

O **Capítulo 6**, por encerrar esta primeira etapa, traz a visão integrada da análise sistêmica dos recursos hídricos da bacia, tendo como base a interrelação entre todos os elementos geomorfológicos, geológicos, hidrológicos, climatológicos, pedológicos, associando a análise do uso da terra aos aspectos socioeconômicos que integram o diagnóstico da bacia e os atores sociais relevantes.

Desta organização decorre o Sumário do Diagnóstico Técnico Participativo anexo 3 deste estudo.

Por:

Eliana R. Lima

José Álvaro Silva

Viktor Antal Stringhini

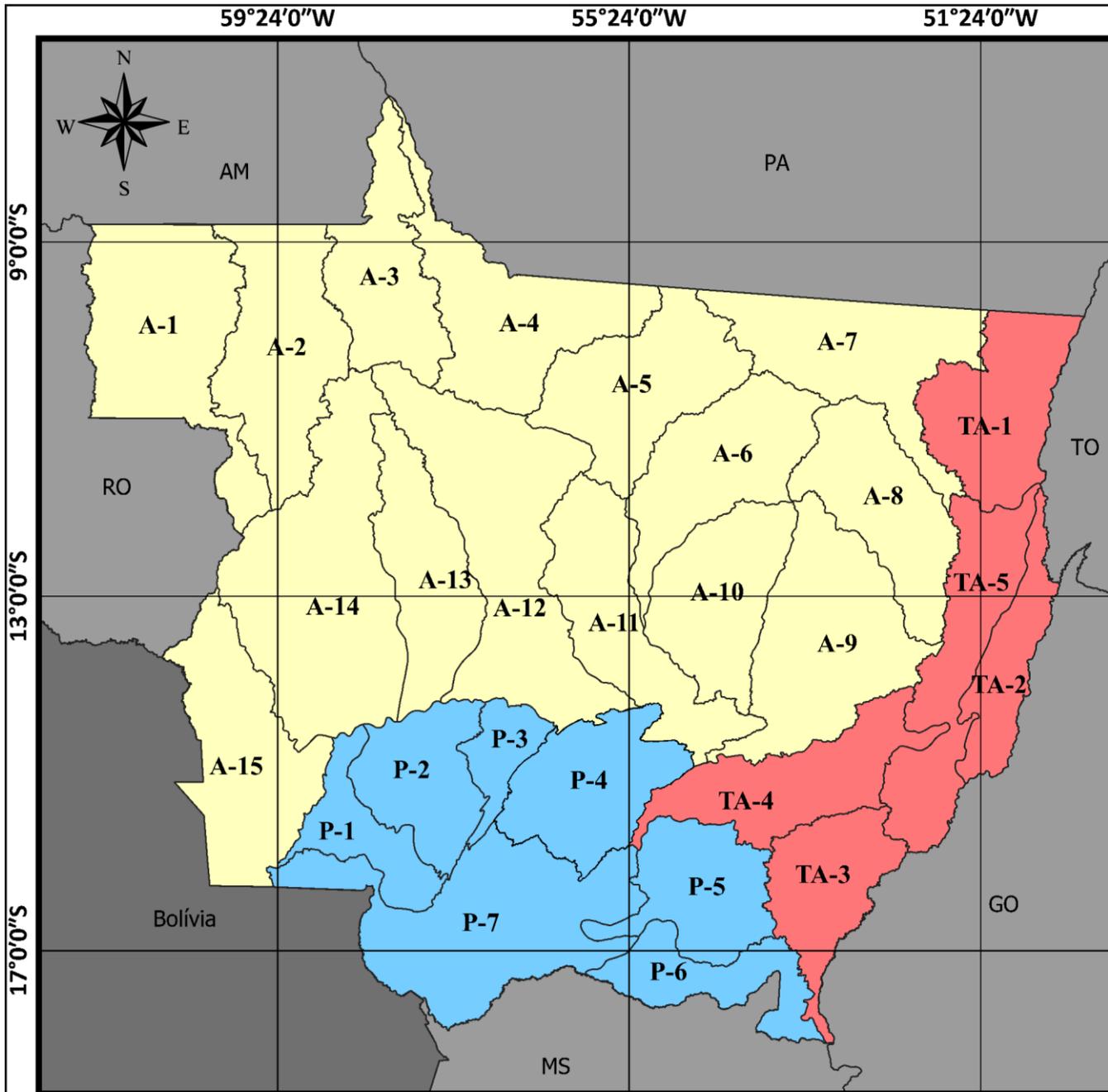
3 CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS E UNIDADES DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO

O PBH do Médio e Alto Rio Cuiabá surgiu da necessidade de um instrumento de planejamento que possibilitasse ao CBH Cuiabá ME e demais órgãos gestores dos recursos hídricos, uma gestão sustentável dos recursos hídricos sob sua competência, tendo em vista as demandas e conflitos existentes, em especial na região metropolitana de Cuiabá e Várzea Grande.

O estado de Mato Grosso abrange três (3) unidades hidrográficas (mapa abaixo):

- I. a Região Hidrográfica do Paraguai (RH Paraguai) com área de 176.800 km² (19,6% da superfície);
- II. a Região Hidrográfica Amazônica (RH Amazônica) com área de 592.382 km² (65,7% da superfície);
- III. Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia (RH Tocantins-Araguaia) com 132.238 km² (14,7% da superfície estadual).

Cada região hidrográfica é subdividida em Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPGs).



REGIÕES HIDROGRÁFICAS

Bacia Hidrográfica:

- Bacia Hidrográfica Amazônica
- Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia
- Bacia do Hidrográfica do Paraguai

Delimitações:

- Unidade da Federação
- Bolívia

Fonte dos dados:

Hidrografia adaptada - SEMA
 Unidade de planejamento - SEMA

1:6.700.000

70 140 210 km



Sistema de Coordenadas Geográficas:

Datum: SIRGAS 2000

Elaborado em julho/2022

Plano de Recursos Hídricos - UPG-P4



3.1 A Região Hidrográfica do Paraguai

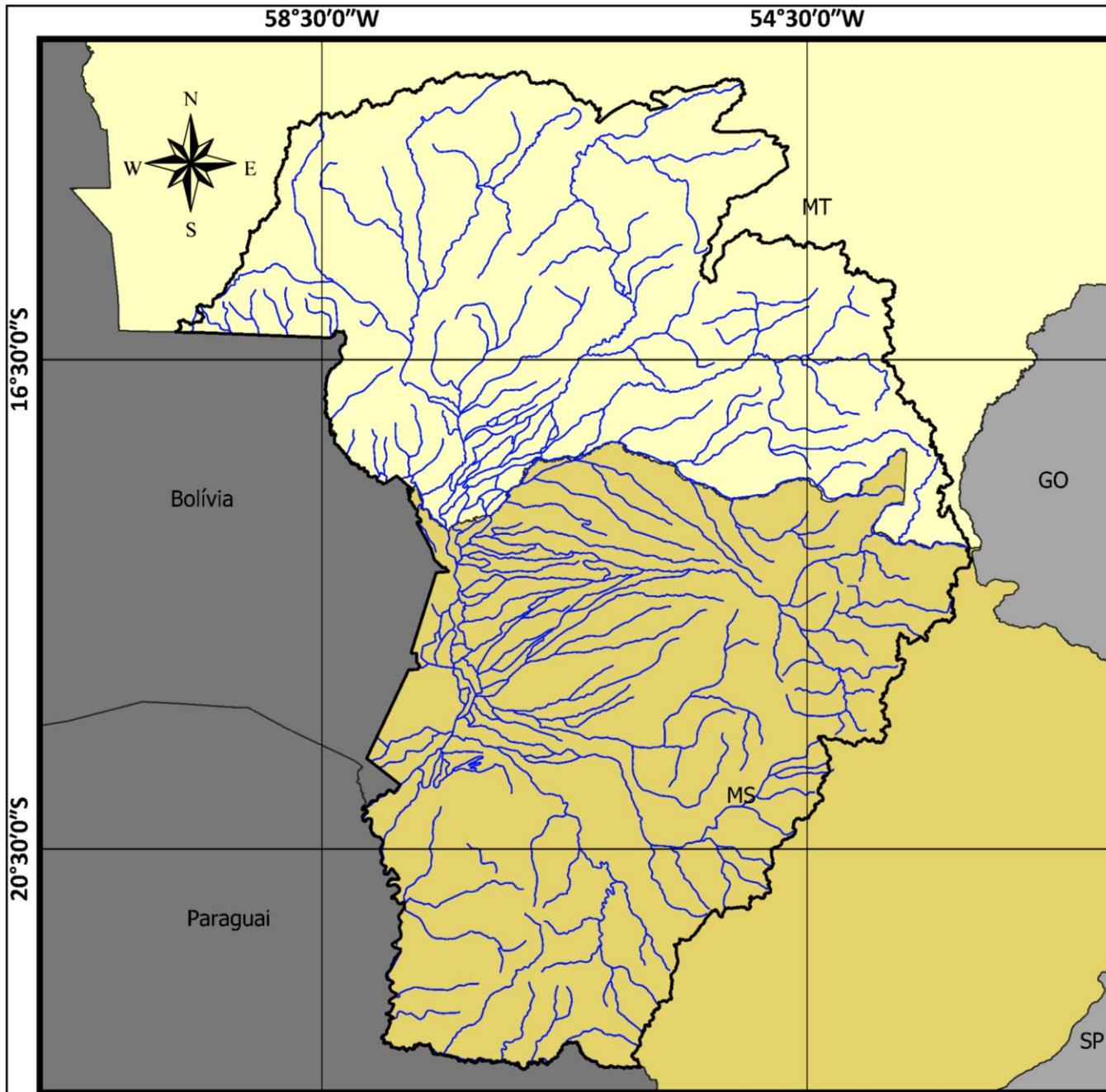
Segundo o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, esta região delimita uma área no Brasil com aproximadamente 362.380 km² incluindo os estados de Mato Grosso (48%) e Mato Grosso do Sul (52%) com população de 2.386.996 habitantes (IBGE, 2016). Abrange também os países vizinhos: Bolívia, Paraguai e Argentina (mapa abaixo).

Em Mato Grosso, a RH do Paraguai abriga aproximadamente 1.781.815 habitantes (74,6%) em cinquenta e dois municípios (52) sendo 605.181 habitantes no estado de Mato Grosso do Sul (25,4%), em trinta e quatro municípios (34). Ressalta-se que dos cinquenta e dois (52) municípios no estado de Mato Grosso, quatro (4) não têm suas sedes na RH, ocorrendo a mesma situação em Mato Grosso do Sul.

A Região Hidrográfica do Paraguai, no estado de Mato Grosso está subdividida em sete (7) unidades de planejamento: UPG P1: Rio Jauru; UPG P2: Paraguai Médio; UPG P3: Paraguai Superior; UPG P4: Alto Rio Cuiabá; UPG P5: São Lourenço; UPG P6: Correntes-Taquari; UPG P7: Paraguai Pantanal.

A bacia reúne duas grandes unidades de relevo: planalto (Amazônia e Cerrado) e planície (Pantanal que é a maior área úmida do mundo). Nela se desenvolve relevantes atividades, tais como:

- I. A pesca (em especial nas comunidades ribeirinhas);
- II. A geração de energia com 53 aproveitamentos, assim distribuídos:
- III. 7 Usinas Hidrelétricas (UHEs), 16 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) e 30 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs);
- IV. A navegação (Tramo Norte: Cáceres-MT/Corumbá-MS e Tramo Sul: Corumbá-MS na fronteira com o Paraguai);
- V. O abastecimento público (destaque para Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Corumbá);
- VI. O turismo;
- VII. A agricultura ocupando 7% da área total (soja, milho, cana de açúcar, e algodão), pecuária ocupando 31% da área total e com um rebanho de 29,70 milhões de cabeças de bovinos (IBGE-2017);
- VIII. A indústria e mineração (frigoríficos e abatedouros, laticínios, extração de ouro, diamante, ferro e manganês),



DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI NO BRASIL

Delimitações:

- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Unidade da Federação
- Limite internacional

Hidrografia:

- Limite da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai (BR)
- Curso d'água

Fonte dos dados:

Hidrografia - ANA

Bacia Hidrográfica - ANA

Unidade da Federação - IBGE

Limite Internacional - Humanitarian Data Exchange (HDX)

1:4.500.000
40 80 120 km



Sistema de Coordenadas Geográficas:

Datum: SIRGAS 2000

Elaborado em julho/2022

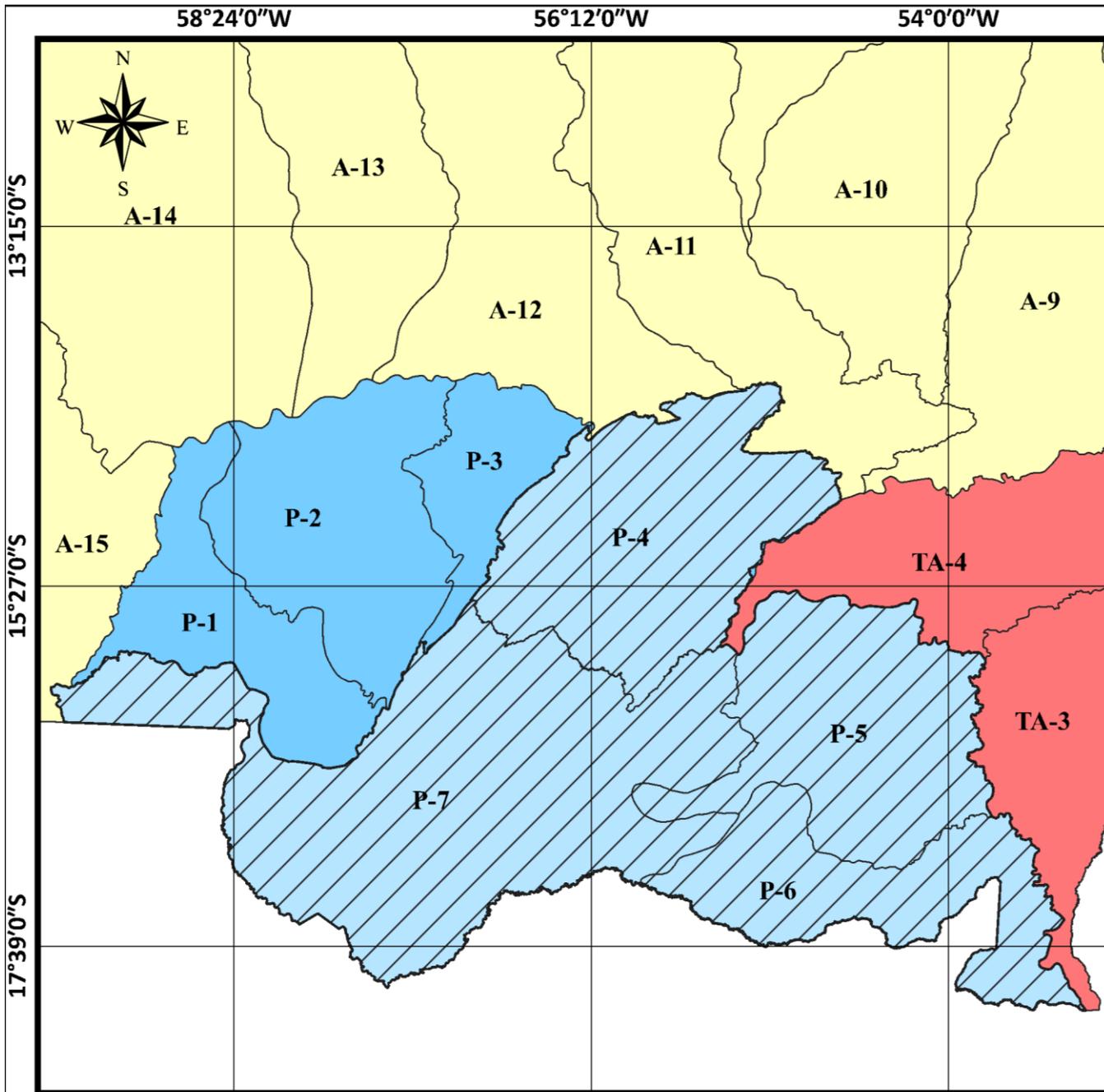
Plano de Recursos Hídricos - UPG-P4



3.2 A Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá

A Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá engloba as UPG P4, P5, P6 e P7 desde a cabeceira dos rios Cuiabazinho (Cuiabá da Larga e Cuiabá do Bonito) e Manso, no município de Rosário Oeste até o encontro com o Rio Paraguai, no sul do estado, como mostra o mapa abaixo, perfazendo uma área de 126.054 km².





BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CUIABÁ EM MATO GROSSO

Bacia Hidrográfica:

-  Bacia Hidrográfica Amazônica
-  Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia
-  Bacia Hidrográfica do Paraguai
-  Bacia hidrográfica do Rio Cuiabá

Delimitações:

-  Unidade da Federação
-  Bolívia

Fonte dos dados:

Hidrografia adaptada - SEMA
 Unidade de planejamento - SEMA

1:3.500.000

35 70 105 km



Sistema de Coordenadas Geográficas:

Datum: SIRGAS 2000

Elaborado em julho/2022

Plano de Recursos Hídricos - UPG-P4



3.3 A Unidade de Planejamento e Gerenciamento da RH do Alto Rio Cuiabá- UPG P4

O objeto deste trabalho corresponde à Bacia Hidrográfica do Alto e Médio Rio Cuiabá, mais especificamente a UPG P4, que compreende espaço territorial de 18 municípios (total ou parcial). Conforme base de dados da SEMA-MT, a área total desta unidade de planejamento corresponde a 29.162,459 km², conforme Tabela 1. Com base nesta base de dados, apenas 10 municípios se encontram com sede urbana na UPG P4, uma vez que Barão de Melgaço encontra-se fora.

Tabela 1: Municípios contribuintes da UPG P4 base dados da SEMA

Item	Município	Área de contribuição (km ²)	% de participação
1	Acorizal	850,763	2,91
2	Alto Paraguai *	0,908	0,00
3	Barão de Melgaço *	23,355	0,08
4	Campo Verde *	1.402,489	4,81
5	Chapada dos Guimarães	5.925,077	20,32
6	Cuiabá	3.291,695	11,29
7	Diamantino *	149,236	0,51
8	Jangada	1.291,681	4,43
9	Nobres	1.899,406	6,51
10	Nossa Senhora do Livramento	2.430,943	8,33
11	Nova Brasilândia	2.906,378	9,97
12	Planalto da Serra *	317,576	1,09
13	Poconé *	39,99	0,14
14	Primavera do Leste *	1,56	0,01
15	Rosário Oeste	6.010,789	20,61
16	Santa Rita do Trivelato *	1,589	0,01
17	Santo Antônio do Leverger	1.894,745	6,50
18	Várzea Grande	724,279	2,48
Área total		29.162,459	100,00

Legenda * Municípios com sede urbana fora da bacia

Em reunião com equipe técnica da SEMA-MT (12/05/22) decidiu-se que seria corrigido o recorte externo da unidade de planejamento, visando adequar a inconsistência de sobreposição da imagem de sub-bacias hidrográficas na UPG e principalmente para incluir a sede urbana do município de Barão de Melgaço.

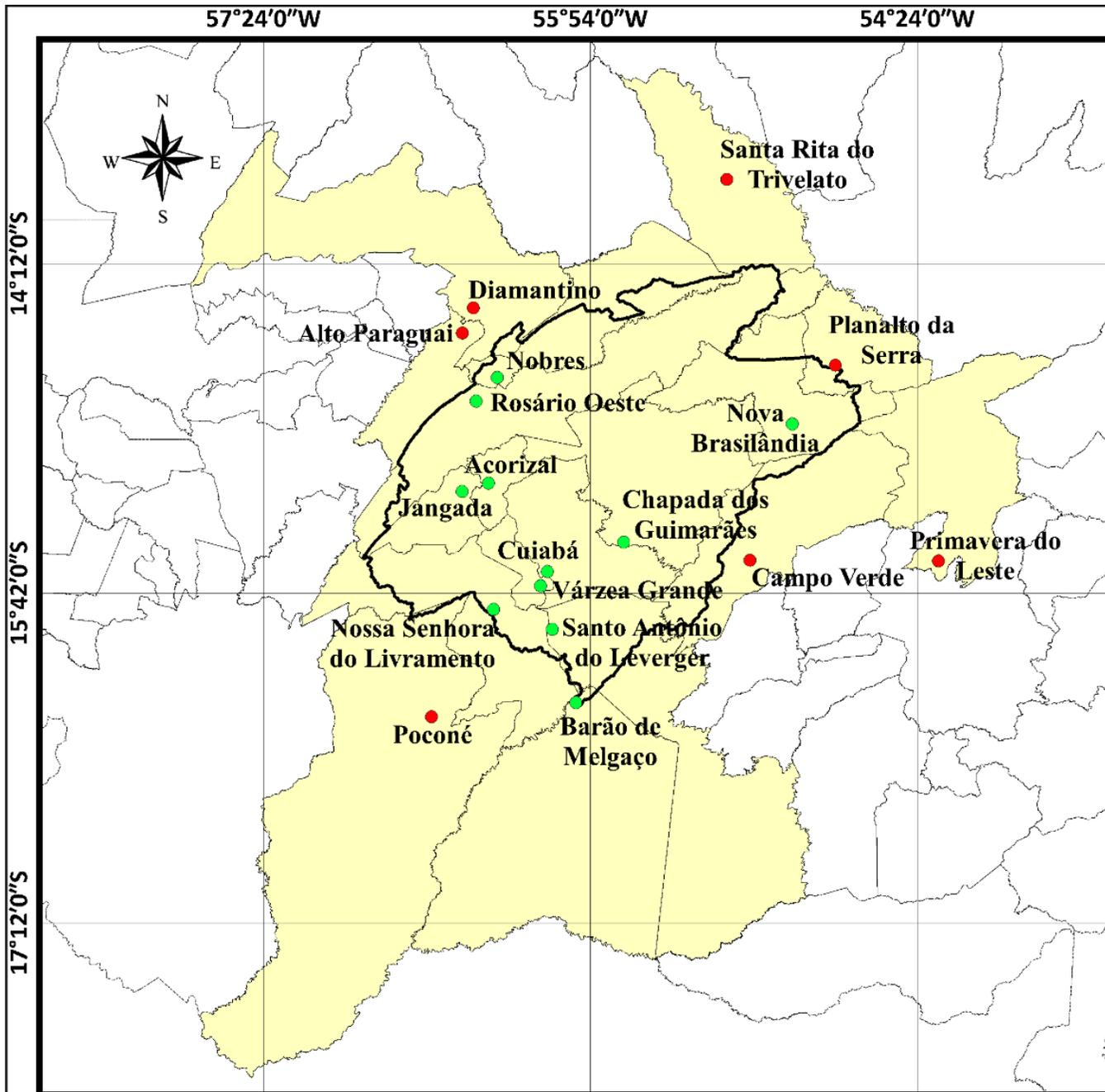
Para melhor compreensão em relação às divergências, foi apresentada na Tabela 2 a discriminação das novas áreas de contribuição de cada município, que servirá de base para proposição à SEMA, de uma readequação oficial a ser disponibilizada em sua base de dados, futuramente.

Tabela 2: Nova configuração dos municípios contribuintes da UPG P4

Municípios	Base dados da SEMA		Nova configuração	
	Área (km ²)	% contribuição	Área (km ²)	% contribuição
Acorizal	850,763	2,91	850,763	2,93
Alto Paraguai *	0,908	0,00	5,771	0,02
Barão de Melgaço	23,355	0,08	51,306	0,18
Campo Verde *	1.402,489	4,81	1.321,073	4,56
Chapada dos Guimarães	5.925,077	20,32	5.925,077	20,44
Cuiabá	3.291,695	11,29	3.291,695	11,36
Diamantino *	149,236	0,51	134,906	0,47
Jangada	1.291,681	4,43	1.293,478	4,46
Nobres	1.899,406	6,51	1.892,863	6,53
Nossa Senhora do Livramento	2.430,943	8,33	2.344,896	8,09
Nova Brasilândia	2.906,378	9,97	2.913,78	10,05
Planalto da Serra *	317,576	1,09	312,645	1,08
Poconé *	39,99	0,14	38,36	0,13
Primavera do Leste *	1,56	0,01	0,19	0,00
Rosário Oeste	6.010,789	20,61	6.033,424	20,82
Santa Rita do Trivelato *	1,589	0,01	3,303	0,01
Santo Antônio do Leverger	1.894,745	6,50	1.846,312	6,37
Várzea Grande	724,279	2,48	724,279	2,50
Área total	29.162,459	100,00	28.984,121	100

Legenda Municípios com sede urbana fora da bacia*

O mapa a seguir mostra o mapa de identificação da área objeto deste trabalho, já com o novo recorte externo e a inclusão da sede urbana de Barão de Melgaço, totalizando assim, 11 municípios com sede na UPG P4.



IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NA ÁREA DA UPG P-4

Delimitações:

-  Limite da UPG P-4
-  Municípios dentro da UPG P-4
-  Municípios fora da UPG P-4

Localidades:

-  Sede municipal dentro da UPG P-4
-  Sede municipal fora da UPG P-4

Fonte dos dados:

IBGE 2020 - Limite municipal
Equipe PRH - Limite UPG P-4

1:2.600.000
25 50 75 km



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum: SIRGAS 2000
Elaborado em julho/2022

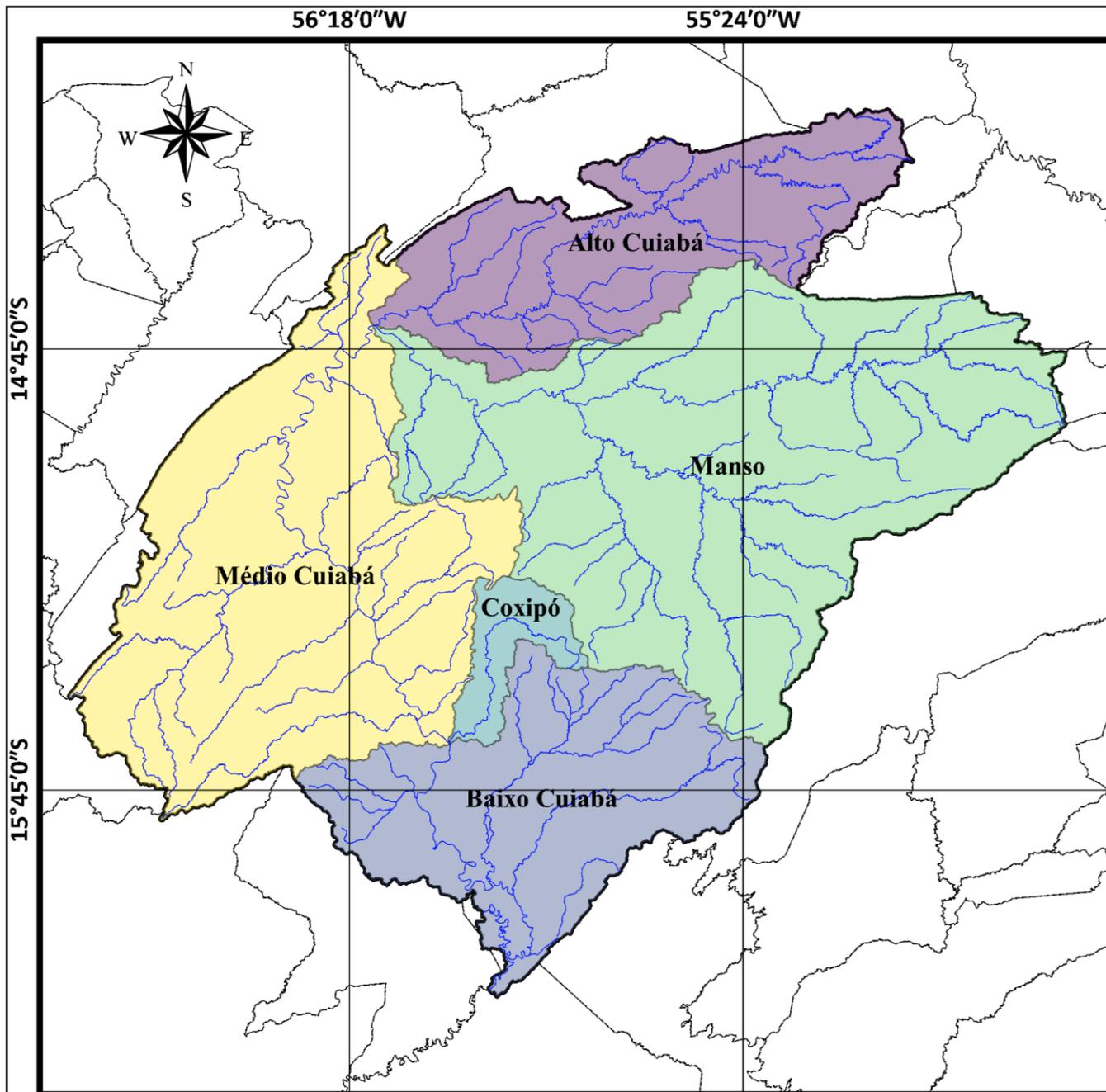
Plano de Recursos Hídricos - UPG-P4



3.4 Sub bacias Hidrográficas da UPG P4

Considerando que os estudos apresentados foram balizados em sub-bacias hidrográficas dentro da UPG P4, três (3) opções de subdivisão foram apresentadas oficialmente à SEMA-MT, que por sua vez aprovou a opção apresentada no mapa a seguir, composta pelas sub-bacias denominadas alto Cuiabá, Manso, médio Cuiabá, Coxipó e baixo Cuiabá. Este recorte possibilitou a correção dos pequenos vazios ou sobreposições existentes entre o limite das microbacias hidrográficas.





SUB BACIAS - UPG P-4

- Delimitações:**
-  Limite da UPG P-4
 -  Limite municipal
 -  Sub bacia - Alto Cuiabá
 -  Sub bacia - Baixo Cuiabá
 -  Sub bacia - Coxipó
 -  Sub bacia - Manso
 -  Sub bacia - Médio Cuiabá

- Hidrografia:**
-  Principais cursos d'água

Fonte dos dados: 1:1.300.000
 Hidrografia adaptada - SEMA 10 20 30 km
 Unidade de planejamento - SEMA 

Sistema de Coordenadas Geográficas:
 Datum: SIRGAS 2000
 Elaborado em julho/2022

Plano de Recursos Hídricos - UPG-P4



Este artigo tem como objetivo apresentar o levantamento da caracterização dos atores sociais relevantes ao Plano da Bacia Hidrográfica do Alto e Médio rio Cuiabá, como uma atividade inicial da elaboração do referido plano de bacia.

*Por Josita Priante
Maria Jacobina Bezerra*

4 OS ATORES SOCIAIS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE BACIA DO MÉDIO E ALTO RIO CUIABÁ

A área de abrangência desse plano em elaboração é a Unidade de Planejamento e Gerenciamento Paraguai 4 (UPG P4), cujos principais atores sociais interessados nesse plano são os representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá – CBH Cuiabá ME, formado por membros do poder público, sociedade civil e usuários de água para a gestão de 2022 a 2024.

Os demais atores foram identificados como os que não são diretamente usuários de água nem representantes do Estado, mas usufruem dos recursos hídricos.

Foi necessário fazer uma breve revisão da literatura científica básica sobre atores sociais também para definição da metodologia utilizada na fundamentação deste texto.

Assim, este trabalho deve contribuir, tanto para a composição do Diagnóstico Técnico Participativo do Plano em elaboração, quanto para posterior levantamento de anseios dessa população frente aos usos dos mananciais na região, visando envolvimento e participação para melhor gestão das águas pelo CBH Cuiabá ME conforme preconizam a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e a Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012.

4.1 Introdução

Elaborar Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) consiste em considerar a existência de atores relevantes para a gestão dos recursos hídricos e dos conflitos identificados de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, nº 145 de 12 de dezembro de 2012.

Considerando o termo de Referência do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá – CBH Cuiabá ME para a elaboração do PBH “a identificação e a caracterização dos atores da área da bacia são fundamentais desde sua fase inicial”.

A caracterização de atores, aqui apresentada, visa atender ao Termo de Referência do CBH Cuiabá ME cujos membros reconhecem a importância da gestão dos recursos hídricos e, ancorados nas Leis nº 9433 e Lei nº 6945, ambas de 1997, esperam que esses atores contribuam para uma gestão dos recursos hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa e que atendam aos instrumentos previstos na legislação.

Dentre as indicações metodológicas gerais contidas no Termo de Referência do CBH Cuiabá ME está prevista, como elemento determinante de elaboração do PBH, “uma proposta de

construção integrada, com a participação dos atores da bacia” acordado entre os diversos atores identificados e caracterizados como relevantes para a gestão dos recursos hídricos e dos conflitos identificados⁴”.

Será apresentada, uma lista de atores relevantes na área da bacia, identificados e caracterizados, que podem afetar ou serem afetados pelo projeto em desenvolvimento, estejam eles envolvidos ou não no processo, uma vez que todos são importantes pois poderão ser também, atingidos pelos resultados.

Identificar e caracterizar esses atores, como relevantes para o plano da bacia em questão, são atividades previstas no Plano de Comunicação e Mobilização Social – PCMS do projeto, cujo objetivo geral é promover o envolvimento/engajamento das comunidades dos territórios que compõem a BH da UPG P4 no processo de elaboração das etapas do Plano desta bacia.

O critério adotado para fazer essa caracterização foi a consulta aos sites de todas essas entidades, no período de maio a setembro de 2022.

Assim, uma vez identificados e caracterizados os atores na fase inicial da elaboração do projeto, é possível seguir os objetivos específicos do PCMS em 3 (três) ações: Identificar as expectativas e os anseios dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica e das comunidades relacionados ao rio Cuiabá; comunicar o andamento dos estudos e produtos realizados durante a elaboração do Plano de Bacia; e, estimular a gestão participativa da bacia por meio do conhecimento da situação atual da questão hídrica e da necessidade de promover ações de prevenção à degradação ambiental para uma melhor qualidade de vida da população.

Na seção seguinte, será apresentada a metodologia empregada para o alcance da identificação e caracterização dos atores sociais da área UPG P4, seguida de breve revisão da literatura quanto a conceitos de atores sociais, participação social e sociedade civil.

4.2 Metodologia

A lista de atores que foram identificados e caracterizados na área da bacia refere-se, de modo geral, aos órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, usuários e à sociedade civil que abrange entidades diversas de caráter associativo, de ensino, pesquisa, cultural, religioso, associações diversas, cooperativas e de apoio econômico, técnico e financeiro, dentre outros.

A identificação e a caracterização dos atores da área da bacia, está sendo construída pela equipe de comunicação e mobilização social como atividade da elaboração do PBH da UPG P4

⁴ Termo de Referência CBH Cuiabá ME, 2020

iniciada em maio de 2022. Recebeu contribuições, sugestões dos demais membros das outras equipes da elaboração do plano, durante as reuniões semanais de alinhamento sob a coordenação da governança do projeto.

As contribuições para a metodologia adotada vieram, também da experiência de outros colegas da equipe, principalmente da área de planejamento.

Todos os atores têm suas representações em pelo menos um dos municípios que margeiam o rio Cuiabá, da nascente à sua foz, incluindo, dentre esses atores, prioritariamente os representantes do CBH Cuiabá ME atuantes na região.

Em outras palavras, a participação social é direito, considerada uma evolução da democracia em benefício de todos, com acento na Constituição Federal de 1988 que garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal – é o chamado controle social.

Com a Constituição do Brasil em 1988 as políticas públicas trazem o apelo à democratização dos processos decisórios com participação e controle social

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, art. 216

De acordo com SOUZA, 2017, o destaque à participação pública se acentuou na Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente, realizada em Dublin, na Irlanda, em 1992, sendo a participação alçada à condição de um dos quatro princípios básicos para a gestão da água.

Assim, dentre os fundamentos da Lei 9.433/1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), no país, o inciso VI o Art. 1º prevê que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997).

O artigo de SOUZA 2017, ao trazer suas reflexões sobre a participação social mostra uma valiosa contribuição de vários autores, no Brasil, como (CORREIA, 2005), (COUTINHO, 2017), (ABERS, R. N. et al., 2009), que trazem referências de clássicos como Antônio Gramsci, Jürgen Habermas e Norberto Bobbio, com suas teorias em torno da temática “participação social”. Segundo a concepção gramsciana, Estado e sociedade civil não se opõem entre si, pois constituem uma unidade orgânica; a sociedade civil é perpassada pela luta de interesses antagônicos entre as classes que nela interagem – as que dominam e as subalternas –, sendo estas entendidas como as que estão fora do poder e ocupam lugar de menor importância nas

relações de produção; o Estado representa os interesses da classe dominante, mas incorpora demandas das classes subalternas (Correia, 2005. Apud. SOUZA, 2017).

Entendendo a sociedade civil, nessa perspectiva gramsciana, como um espaço, uma arena de disputas, de interesses contraditórios desperta-se para a oportunidade de visitar o conceito de sociedade civil uma vez que o conceito de sociedade civil permeia a definição da estrutura social. “Atualmente, a discussão sobre o tema envolve também a democracia como estrutura de governo consolidada em grande parte dos países e, principalmente, a democracia participativa” (LUCINI, 2008). Não constitui objeto de estudo aqui, o conceito de “sociedade civil”, mas convém notar que, segundo (AVRITZER 1994:6. In LUCINI, 2008), é um dos conceitos mais obscuros da teoria política contemporânea.

Este autor faz uma análise da evolução do conceito de sociedade civil no Brasil que passou por um dos processos de urbanização mais rápidos da história, sendo em grande parte um país rural na década de 1940, e passando a ter mais de 80% de sua população vivendo em cidades no final do século XX (SANTOS, 1987, apud. AVRITZER, 2012). Continua Avritzer 2012 que no processo de deslocamento do campo para a cidade, a população de baixa renda foi despojada de direitos e alocada nas grandes capitais em lugares com pouco ou sem nenhum tipo de serviço público. A organização dos pobres brasileiros para lutar por serviços públicos é uma das origens da sociedade civil brasileira.

Este autor chama de “aprofundamento democrático” um movimento que redefiniu profundamente a ação da sociedade civil e gerou um novo conceito de autonomia. O período entre 1985 e 1988 foi um divisor de águas na política brasileira, e a elaboração da nova Constituição que adquiriu importância com o tempo, e permitiu emendas populares para muitas propostas que criou instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social.

Os atores, por sua vez, constitutivos tanto do CBH Cuiabá ME como de toda a área da Bacia UPG P4 trazem suas características específicas e seus interesses mais diversos quanto ao uso da água.

Esses atores constituem, então, um grupo dentro do qual estão, por exemplo, associações científicas, associações técnicas, organizações sindicais, usuários da água para comércio, lazer e serviços, usuários agrícolas, usuários industriais e usuários para abastecimento público, cada um com seus interesses próprios.

No que diz respeito aos componentes do CBH Cuiabá ME, sua função, enquanto conselho consiste em promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos arbitrando conflitos

em primeira instância administrativa, bem como acompanhando a execução do plano de recursos hídricos da bacia e sugerindo providências necessárias ao cumprimento de suas metas.

Quanto aos demais atores identificados na BH UPG P4, eles se caracterizam em cada categoria ou esfera (federal, estadual, municipal), pelas peculiaridades dos seus interesses. Frente a falta de homogeneidade, própria da constituição da sociedade civil, antes de apresentar a lista dos atores, buscou-se aqui breve esclarecimento do termo atores sociais.

A compreensão de atores sociais aqui, parte da referência metodológica do Planejamento Estratégico Situacional - PES que - é situacional, faz previsão em cenários (planos alternativos), tem foco em problemas, define estratégias e segue o princípio da incerteza - em detrimento do Planejamento Tradicional que se envolve - no determinismo, na predição (segue um único plano), tem foco em setores, faz abordagem técnica do plano, impõe normas e segue o princípio da certeza. (MACIEL, J. O. F. 2022).

O método PES motiva os planejadores, pela participação e percepção dos diferentes atores, a superar sua formação técnica, a utilizar a imaginação e a criatividade na compreensão da realidade.

Nessa perspectiva metodológica que norteia a elaboração do plano de bacia da UPG P4, o conceito de ator compreende o ator e sua situação, ou seja, o espaço particular em que esse se encontra em um contexto social, político ou econômico e no qual possui uma percepção particular da realidade, em função de seus interesses. É preciso considerar que, cada ator social vê e vive a sua realidade que não é igual à realidade de outro ator.

O entorno pode ser o mesmo para todos os atores envolvidos, mas o ponto de vista a partir do qual o analisam é diferente. O exemplo mais simples é o de dois torcedores de times diferentes, que dentro de um estádio, analisam uma partida de futebol. O cenário ou entorno é o mesmo para os dois, mas a situação de cada um deles é diferente. Os torcedores analisam a partida de diferentes pontos de vista e podem chegar a conclusões diferentes (MÜLLER, 1999).

Para efeito deste artigo, o critério básico para a caracterização dos atores é a Resolução nº 145 de 12/12/2012 que prescreve: poder público, sociedade civil e usuários de água. Estes seguem listados no item abaixo.

4.3 Resultados

A lista aqui apresentada, não está fechada, uma vez que o trabalho de elaboração do plano se inicia e os atores devem participar dessa elaboração durante todo o processo, o que justifica sua participação e envolvimento nas políticas públicas como um ideal da vida democrática. Outros

atores devem ser incorporados durante todo esse processo e estes serão convidados a participar das reuniões de divulgação dos trabalhos do plano e serão ouvidos seus anseios, suas sugestões e seus interesses frente aos recursos hídricos da bacia.

Além desses atores essa lista também pode ser ampliada com outras entidades parceiras como organização sindical ou empresarial, habilitada para participar em diálogos ou discussões de assuntos com as diversas esferas de governo ou a própria sociedade civil, com outras entidades análogas, grupos culturais ou de lazer, notadamente de interesses na gestão dos recursos hídricos.

Os atores sociais podem ser considerados sob duas óticas de planejamento: tradicional e estratégico sendo na dimensão tradicional como um único ator: o Estado (ou empresa) que planeja ao passo que no planejamento estratégico são vários atores em um jogo difuso que planejam (GENTILINI, 2015). É com este critério que os atores estão aqui listados cujos interesses diversos se voltam para o ponto comum: os recursos hídricos na área UPG P4.

Fazer caracterização de atores implica num processo de comunicação, mobilização e participação social, temas esses congruentes que subjazem às políticas públicas instituídas no Brasil.

A participação social, no sentido originário – *participatio* - é a ação e o efeito de participar, tomar parte, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte de. O termo é amplo e pode ser usado para fazer referência à capacidade de os cidadãos se envolverem nas decisões políticas de um país ou de uma região como prescreve, inclusive a Constituição Brasileira de 1988.

Nesta direção, assumir a perspectiva da participação, implica acima de qualquer outra atitude examinar, por exemplo: participação por quê? participação para quê? participação em quê? Desta feita, a participação constitui um processo social que independe de intervenção de quaisquer agentes externos. Ela é própria do processo de criação humana no pensar e agir no âmbito dos desafios sociais e da natureza, em que o ser humano se situa, dinâmico e contraditório, porém enquanto ser social, originário num contexto historicamente dado e permanece nesse contexto em que se encontram as instituições, organizações de interesses diversos.

Participação, ainda, é tema a ser enfrentado por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência; por esse ângulo, a participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é sobretudo, questão social (SOUZA, 2010: 81). Questão Social - entendida como, conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social que é cada vez

mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2005).

No contexto mato-grossense a participação social, especialmente nos conselhos e fóruns não é cultural e, algumas experiências vivenciadas na elaboração da Política Estadual sobre Drogas (2011), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB (2016-2018) e na elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (2019-2020), e no Cooperativismo popular em outras formas de associações, se apresentaram ainda tímidas, apesar de oportunidades serem apresentadas.

Quanto à sociedade civil a listagem aqui é bastante variada; inclui desde universidades e associações técnicas, empresas e indústrias existentes na área de abrangência da UPG P4, associações de moradores, identificadas pelas características próprias de cada uma delas.

Considera-se principais atores estratégicos no estado de Mato Grosso, no âmbito do gerenciamento dos recursos hídricos, aqueles envolvidos com as atividades produtivas, sejam do setor primário, secundário e terciário, os órgãos fiscalizadores como o Ministério Público, os representantes dos poderes públicos, municipal e legislativo, os representantes de empresas, secretarias ou departamentos prestadores de serviços de água, tratamento e destinação de efluentes, as universidades, as Organizações Não Governamentais – ONGs e as entidades de classe profissionais.

Esses atores possuem importância estratégica na formulação do plano e no desenvolvimento de ações, criação de negócios, difusão de conhecimento, entre outros aspectos fundamentais ao planejamento, e execução das atividades para a gestão dos recursos hídricos na área da bacia hidrográfica do rio Cuiabá.

A caracterização foi feita, basicamente pela consulta aos sites disponíveis na internet, durante o período de maio a setembro de 2022 e seguem apresentados na seguinte ordem:

I - Setor Público: Atores das Esferas Federal, Estadual e Municipal. Na esfera municipal, em destaque os municípios da UPG P4 com os serviços de Abastecimento Público e Esgotamento Sanitário II – Sociedade Civil; III – Usuários; IV – Membros do CBH Cuiabá ME.

4.4 Atores sociais do Plano de Bacia Hidrográfica UPG P-4

4.4.1 Setor público

4.4.1.1 Esfera Federal

1. **Agência Nacional de Água e Saneamento Básico – ANA.** Autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, e responsável, na esfera federal, pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, por regular o uso de recursos hídricos; pela prestação dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta; pela segurança de barragens; e pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. A Agência tem como missão garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável no País e atua: - em articulação com setores e esferas de governo; na produção e disseminação de informações e conhecimentos; e - no estabelecimento de normas que visam garantir o direito ao uso da água, minimizar os efeitos de eventos críticos (secas e inundações) e dar referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.
2. **Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.** Agência reguladora do setor elétrico brasileiro, criada com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica no nosso território, proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade; ela deve obedecer às diretrizes e normas estabelecidas pelo Governo Federal.
3. **Operador Nacional do Sistema Elétrico – O.N.S.** Entidade de direito privado sem fins lucrativos criada para coordenar e controlar a geração e a transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Foi instituído em 1998 através da Lei 8.648. Sua atuação é fiscalizada e regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
4. **Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Recursos Hídricos- MMA/SRH.** Tem como foco de atuação a defesa e a conservação do meio ambiente. Este órgão desenvolve suas atividades por meio de políticas públicas e programas e conta com o apoio de entidades vinculadas, como o IBAMA e o ICMBio, que atuam na conservação da biodiversidade e na proteção da flora e da fauna brasileiras. RH - em consonância com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PDR), apoia a construção, operação e manutenção de obras de infraestrutura hídrica, voltadas ao abastecimento de água, como barragens, adutoras e canais. Visando fortalecer o planejamento e gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica, compete à SNSH conduzir o processo de formulação, revisão, implementação, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Segurança Hídrica, da Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos, dentre eles o Plano Nacional de

Recursos Hídricos. O objetivo dessas ações é garantir a oferta de água, propiciando mais saúde e conforto para a população, a geração de emprego e aumento da renda da população, colaborando para a redução das desigualdades regionais.

5. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Bio Diversidade-ICMBio.** Autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Atualmente, a presidência do ICMBio é exercida pelo coronel da Polícia Militar de São Paulo, Marcos de Castro Simanovic, desde 10 de novembro de 2021. Foi criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 e tem sua estrutura regimental aprovada pelo decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020. O instituto é responsável por propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação federais, além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção da biodiversidade em todo o Brasil. Surgiu de uma reestruturação do IBAMA, anteriormente responsável por tais atribuições. Seus objetivos básicos são a preservação dos ecossistemas e biodiversidade e a realização de pesquisa científica. Entre as principais competências do ICMBio estão: apresentar e editar normas e padrões de gestão de Unidades de Conservação Federais; propor a criação, regularização fundiária e gestão das Unidades de Conservação federais e apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O Instituto deve ainda contribuir para a recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação. Ele fiscaliza e aplica penalidades administrativas ambientais ou compensatórias aos responsáveis pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. Na área de pesquisa, deve contribuir para a geração e disseminação sistemática de informações e conhecimentos relativos à gestão de Unidades de Conservação, da conservação da biodiversidade e do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais. Ainda nessa área, o Instituto dissemina metodologias e tecnologias de gestão ambiental e de proteção e manejo integrado de ecossistemas e de espécies do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica em escala regional e nacional.
6. **Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação Federais inseridas na área da UPG P4.** A Lei nº 9.985/2000 estabelece a necessidade de criação de Conselhos Gestores nas Unidades de Conservação da Natureza. Os Conselhos Gestores são fóruns de excelência para promover o diálogo permanente com a sociedade e construir com as comunidades e demais atores locais a solução para os desafios a serem enfrentados pela gestão das Unidades de Conservação. Os Conselhos Gestores podem ser deliberativos ou consultivos, conforme a categoria. Objetivos do conselho consultivo são: oferecer transparência para a gestão da UC por meio de controle social; contribuir para a elaboração e implantação do Plano de Manejo;

e integrar a UC às comunidades, setor privado, instituições de pesquisa, ONGs, poder público, bem como às outras Áreas Protegidas situadas no entorno.

4.4.1.2 Esfera Estadual

7. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.** A Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA tem por finalidade promover o controle, a preservação, a conservação e a recuperação ambiental, bem como formular, propor e executar as Políticas Estaduais do Meio Ambiente contribuindo para o desenvolvimento sustentável em benefício da qualidade de vida do povo mato-grossense.
8. **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.** Órgão colegiado integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos que reúne órgãos governamentais e organização civil, na forma de usuários, e que tem como meta discutir a gestão dos recursos hídricos no estado, para otimizar a sua utilização e evitar o surgimento de conflitos futuros. Instituído pela Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020, tendo atribuições consultivas, deliberativas, normativas e recursais.
9. **Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SEAF.** A esta Secretaria de Estado compete gerir as Políticas Públicas de todos os assuntos relacionados com agricultura, pecuária, abastecimento, armazenamento e distribuição, em pequena escala, além de estabelecer diretrizes para a política de extensão rural. Tem por missão institucional promover o desenvolvimento e a consolidação da agricultura de produção familiar do Estado de Mato Grosso, por meio da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, contribuindo para a geração de renda, respeitando o indivíduo, a sociedade e o meio ambiente.
10. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC.** É responsável por gerenciar os trabalhos de planejamento, articulação e de execução da política econômica traçada pelo Governo do Estado com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso.
11. **Ministério Público do Estado de Mato Grosso- MPMT.** O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. É instância no Estado de Mato Grosso do Ministério Público, que tem como objetivo defender os direitos dos cidadãos e os interesses da sociedade.
12. **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.** É a instituição pública de controle externo responsável por zelar pelo patrimônio público e fiscalizar a aplicação dos recursos. Qualquer pessoa ou entidade, que utilize dinheiro, bens ou valores públicos, oriundos do Estado ou dos Municípios, tem que prestar contas ao TCE. A principal função é a de fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade das despesas públicas, ou seja, acompanhar a correta aplicação dos recursos públicos para que as taxas e impostos recolhidos retornem

para a sociedade em serviços de qualidade como, saúde, educação, segurança etc. Além disso, o Tribunal também executa um trabalho preventivo e orientativo aos gestores, com cursos de capacitação e elaboração de cartilhas, manuais e publicações técnicas.

13. **Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação Estaduais** inseridas na área da UPG P4. Os conselhos consultivos e deliberativos das UCs são uma exigência da Lei nº 9.985, sancionada em 2000, que instituiu o Snuc. Essa lei foi regulamentada em 2002 com o decreto 4.340/02, o qual definiu no Capítulo V a composição e a competência do conselho e do órgão gestor, entre outros detalhes sobre a criação e funcionamento de conselhos. Apesar da exigência legal, a maioria (67%) das UCs federais e estaduais em 2008 não possuía conselho instalado (Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do MMA, 2008).
14. **Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária-IMEA.** Instituto privado sem fins lucrativos criado em 1998 e reestruturado em 2008, com sede em Cuiabá-MT. Realiza estudos e projetos socioeconômicos e ambientais em todo o território mato-grossense, através de um sistema de coleta, processamento e análise de dados produzindo informações estratégicas do agronegócio para as entidades mantenedoras. Pertence ao sistema FAMATO (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso), em parceria com a APROSOJA, MAPA e ACRIMAT. FAMATO -
15. **Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.** Secretaria de Estado que tem por finalidade planejar, executar, supervisionar, controlar e avaliar a ação governamental relativa à educação, buscando orientar e acompanhar através das superintendências e assessorias do órgão central e dos municípios, o funcionamento dos estabelecimentos de ensino
16. **Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.** Instituição de Ensino Superior Estadual fundada em 1978 e mantida pelo governo do estado de Mato Grosso, com sede administrativa no município de Cáceres. Possui campi em 13 municípios, sendo Diamantino, município da área UPG P4. Cerca de 22 mil acadêmicos são atendidos em 60 cursos presenciais e em outros 129 cursos ofertados em modalidades diferenciadas. Atualmente, a instituição conta com quatro doutorados institucionais, quatro doutorados interinstitucionais (Dinter), três doutorados em rede, 11 mestrados institucionais, um mestrado interinstitucional (Minter) e cinco mestrados profissionais. A UNEMAT desenvolve ações pioneiras para atender às demandas específicas do Estado. Por meio da Diretoria de Educação Indígena, a UNEMAT passou a ofertar, a partir de 2001, cursos de licenciaturas específicos e diferenciados para mais de 30 etnias. Os cursos são oferecidos no campus de Barra do Bugres. A contribuição desta universidade é bastante relevante também, pelos seus cursos de Pós-graduação em áreas e temas diversas, principalmente para o interior de Mato Grosso, onde forma milhares de profissionais.
17. **União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Mato Grosso - UNICAFES/MT.** A Unicafes está presente em quase todo território brasileiro. Além

da sede Nacional em Brasília, atualmente há 21 Unicafe's Estaduais constituídas formalmente que prestam atendimento e articulação para as cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, inclusive em Mato Grosso. SECRETARIAS: COMERCIALIZAÇÃO – Desenvolve estratégias comerciais e de acesso ao mercado para os agricultores familiares. MULHERES – Incentiva a participação política, econômica e social das mulheres nos espaços cooperativistas. JUVENTUDE – Trabalha na articulação de ações voltados à formação e mobilização da juventude cooperativista. FORMAÇÃO – Agrega ações de Educação voltada às estratégias de governança, gestão, finanças e mercados.

18. **Sindicato das Indústrias Extrativismo de Minérios do Estado de Mato Grosso – SINDIMINÉRIO.** Associação sindical com sede em Cuiabá-MT. Representa a categoria no Estado e defende os interesses das indústrias extrativas de minério de Mato Grosso. Está presente nos 141 municípios do Estado através das Delegacias Sindicais em 10 polos regionais. É um sindicato patronal filiado à Federação das indústrias no Estado de Mato Grosso - FIEMT e beneficia as empresas do setor mineral no ambiente político, legislativo e judiciário. O Sindicato juntamente com a FIEMT se posiciona em defesa dos interesses da indústria extrativa de minérios do estado frente aos poderes constituídos nas diferentes esferas e conta com o apoio da CNI – Confederação Nacional da Indústria. Junto com a FIEMT o Sindicato também desenvolve ações no Conselho Temático do Meio Ambiente, no CONSEMA.
19. **Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.** Órgão do Poder Legislativo Estado, cujos membros são eleitos pelo. Tem como funções: elaborar, discutir e aprovar as normas jurídicas de sua competência; estimular a formação da consciência crítica dos cidadãos, para o exercício da cidadania; fortalecer a interação da Assembleia Legislativa com a sociedade e torná-la conhecida pela sociedade.

4.4.1.3 Esfera Municipal

20. **Associação Mato-grossenses dos Municípios - AMM.** Entidade que congrega os municípios e representa o poder público municipal junto às demais esferas de governo. A entidade foi fundada em 1983 com o objetivo de congregar e defender os interesses dos municípios; liderar as lutas municipalistas, fazendo a interlocução junto aos poderes no âmbito federal e estadual; prestar assistência técnica, jurídica, administrativa e educativa; ajudar a elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento dos municípios associados; promover cursos de capacitação, congressos, simpósios, seminários e reuniões para debates de problemas técnicos e administrativos dos municípios, entre outros. É um órgão legislativo, responsável pela elaboração de leis, visando o bem-estar e a organização social de uma cidade. Congrega os municípios do Estado com veículos de comunicação

próprio (jornal impresso, e-mails, telefones celulares), com procuradores dos municípios para assuntos de administração.

21. **Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação Municipais inseridas na área da UPG P4.** Contribui com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos da Unidade de Conservação. Existem dois tipos de conselhos para as UCs: consultivo e deliberativo. Os objetivos do conselho consultivo são: oferecer transparência para a gestão da unidade por meio de controle social além de contribuir para a elaboração e implantação do Plano de Manejo; visa integrar a UC às comunidades, setor privado, instituições de pesquisa, ONGs, poder público, bem como às outras Áreas Protegidas do entorno. Enquanto os conselhos deliberativos dentre outras atuações aprovam o Plano de Manejo e a contratação de OSCIPs para gestão compartilhada da UC quando for o caso.
22. **Secretaria Adjunta de Gestão e Planejamento Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.** Órgão municipal cujo objetivo é implementar e coordenar funções públicas de interesse comum nos municípios que compõem a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.
23. **Câmaras Municipais dos Municípios da área UPG P4.** A Câmara Municipal é o órgão responsável pelo exercício do Poder Legislativo, no qual se reúnem os vereadores, de acordo com a Lei Orgânica do Município, para promover a elaboração de leis e realizar o controle da Administração local, principalmente quanto aos atos e às contas do Poder Executivo.

4.4.1.4 Municípios da UPG P-4 com os serviços de Abastecimento Público e Esgotamento Sanitário

24. **Município de Cuiabá.** Capital do estado de Mato Grosso, é o principal pólo industrial, comercial e de serviços do estado. É conhecida como "cidade verde", por causa da grande arborização. Situa-se na margem esquerda do rio de mesmo nome e forma uma conurbação com o seu município vizinho, Várzea Grande. O município é cercado por três grandes biomas: a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal e é porta de entrada da floresta amazônica. Conta com importantes centros comerciais, como o calçadão no centro histórico e 4 (quatro) shoppings. Cuiabá, por ser um município muito antigo, 303 anos, conta com um patrimônio histórico importante. O turismo de eventos também é crescente no município. A arquitetura da área urbana inicial de Cuiabá, é tipicamente colonial. Ela foi bem preservada até meados do século XX, mas, depois dessa época, o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico afetaram o patrimônio arquitetônico e paisagístico do centro histórico com a demolição de vários prédios, dentre eles a antiga igreja matriz, demolida em 1968 para dar lugar à atual. Em 1987, o centro foi tombado provisoriamente como patrimônio histórico nacional pelo IPHAN e, em 1992, esse tombamento foi homologado pelo Ministério da Cultura do Brasil. Desde então vários prédios foram restaurados, entre os quais estão as

Igrejas do Rosário e São Benedito, do Bom Despacho e do Nosso Senhor dos Passos, o Palácio da Instrução (hoje museu histórico e biblioteca), o antigo Arsenal da Guerra (hoje centro cultural mantido pelo SESC), o mercado de peixes (atualmente Museu do Rio Cuiabá) e um sobrado onde hoje funciona o Museu da Imagem e do Som de Cuiabá (o MISC). A área tombada pelo IPHAN é a que mais preserva as feições originais. As antigas ruas de Baixo, do Meio e de Cima (hoje, respectivamente, as ruas Galdino Pimentel, Ricardo Franco e Pedro Celestino) e suas travessas ainda mantêm bem preservadas as características arquitetônicas das casas e sobrados. Além dos locais já citados, há vários outros para se visitar, como o zoológico, o Museu Rondon (com artefatos indígenas) e o Museu de Arte e Cultura Popular, no campus da Universidade Federal de Mato Grosso, o obelisco com o marco do centro geodésico da América do Sul, a Igreja de São Gonçalo no bairro do Porto, a Mesquita de Cuiabá, os parques Mãe Bonifácia, Massairo Okamura, Zé Bolo Flô e o Parque Urbano da Vila Militar, o Horto Florestal, na confluência do rio Cuiabá com o Coxipó e o Estádio José Fragelli, conhecido como Verdão. É possível também visitar as comunidades ribeirinhas, onde se pode conhecer o modo de vida da população local e os artesanatos fabricados por eles, bem como os rios e baías frequentados para banho e pesca. O abastecimento é feito pela Concessionária de Abastecimento de Água e Escoto - Águas Cuiabá. Possui outorga.

25. **Município de Santo Antônio do Léverger.** Interesse turístico, econômico, social e cultural. O abastecimento é feito pelo Departamento de Água e Esgoto de Santo Antônio do Léverger – DAE. Possui outorga;
26. **Município de Acorizal.** Situa-se às margens do Rio Cuiabá, ponto onde se realiza festival municipal e torneio estadual de pesca. O habitante primitivo da região era o povo Bororo. O abastecimento é feito pela Departamento de Água e Esgoto de Acorizal-DAE. Possui outorga.
27. **Município de Jangada.** Se caracteriza por apresentar novas oportunidades de negócios e pela alta regularidade das vendas no ano. O município é chamado de Jangada em função do riacho que leva este nome, corta a sede municipal e despeja suas águas no Cuiabá. O abastecimento é feito pela Empresa de Captação, tratamento e distribuição de água - Águas de Jangada. Possui outorga.
28. **Município de Barão de Melgaço.** Caracteriza-se pelo Turismo, Pesca Esportiva e Gastronomia. Aniversário do município em 13 de março. O abastecimento é feito pelo Departamento de Água e Esgoto de Barão de Melgaço – DAE. Possui outorga.
29. **Município de Poconé.** Caracterizada pelo atrativo do Pantanal. Seu primeiro nome foi Beripoconé, nome proveniente de uma tribo indígena que habitava a região. Foi descoberta em 1777, após a descoberta do ouro e em 1931 foi criado o município. Aniversário do município em 21 de janeiro. O município é representado culturalmente pela manifestação de diversos grupos como: Mascarados – Dança tradicional e folclórica de Poconé que tem

raízes indígenas; Cavahada - Um dos maiores eventos culturais do estado de Mato Grosso, a Cavahada de Poconé acontece todos os anos no mês de junho, durante as festividades alusivas à São Benedito. O evento preserva a tradição desde a origem de Poconé; Festa do Divino Espírito Santo - Em Poconé é uma das poucas cidades brasileiras que pode se orgulhar de manter esta tradição. A festa de Divino, em Poconé, dura uma semana de confraternização, devoção e fé; Festa de São Benedito - é realizada no mês de junho, ao santo protetor (São Bendito), O abastecimento é feito pela Concessionária Águas de Poconé. Possui outorga.

30. **Município de Várzea Grande.** O Município de Várzea Grande foi instalado em 1948, sendo sua área formada por parte do território desmembrado do Município de Cuiabá. A proximidade física desses dois municípios, faz de Várzea Grande e Cuiabá um único aglomerado urbano, sendo inclusive objeto de legislação específica. Nesse sentido, destaca-se a integração dos seus parques industriais, formando um dos mais importantes parques industriais do Estado, e o compartilhamento do Aeroporto Internacional Marechal Cândido Rondon, maior terminal de transporte aéreo de Mato Grosso. O abastecimento é feito pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande. Possui outorga.
31. **Município de Rosário Oeste.** Caracteriza-se pela fertilidade das terras onde, em 1751 foi criado um sítio, que passou à vila do Rosário e, em 1.861 foi elevado a município. A cultura do povo rosariense é um atrativo do município que congrega cururueiros, dançadores do São Gonçalo e dançarinos do rasqueado cuiabano, artesãos, artistas em geral, músicos, foliões e capelões. Preserva os instrumentos, símbolos da cultura mato-grossense como a viola de cocho e o ganzá. A região leste apresenta como acidentes a Serra de Marzagão, a Serra da Canguinha e a Serra de São Joaquim, que são divisórias da grande Bacia Amazônica e Bacia Platina, enquanto que na região oeste destaca-se a Serra do Tombador, zona tectônica com grande quantidade de calcário e dolomita. Nessas serras nascem muitos córregos, riachos e ribeirões que formam os rios Cuiabá e Teles Pires. O Rio Cuiabá localiza-se ao norte do município, servindo de limite entre Rosário Oeste e Nobres. O abastecimento é feito pelo Departamento de Água e Esgoto – DAE. Possui outorga.
32. **Município de Chapada dos Guimarães.** A imponência natural da Chapada dos Guimarães justificou a criação, em 1989, do parque nacional que leva seu nome. Na área de conservação e em seus arredores ficam a maior gruta de arenito do Brasil, cachoeiras como a emblemática Véu de Noiva, uma profusão de paredões de pedras alaranjados e belos rios. Recentemente, a cidade ganhou um estruturado parque de ecoturismo. Muitos restaurantes só abrem nos fins de semana, quando as pousadas costumam lotar. Possui vários atrativos turísticos: sítios arqueológicos; sítios paleontológicos; nascentes; cachoeiras; vasta área de Parque Nacional; Área de Proteção Ambiental; duas reservas estaduais; dois parques municipais; duas estradas-parque; muitos quilômetros de paredões, além de clima ameno e

demais atrativos. O abastecimento é feito pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE. Possui outorga.

33. **Município de Nossa Senhora do Livramento** – Está inserido na região conhecida hoje por Baixada Cuiabana, possui características peculiares e um dos mais ricos acervos históricos de cultura de Mato Grosso, principalmente, porque é um dos municípios mais antigos do Estado. Surgiu com a exploração do ouro a partir do séc. XVIII. Turismo: Praça do Carnaval ou Praça de eventos onde se realizam memórias das manifestações culturais, folclóricas e religiosa do Município, como a festa da Padroeira de Nossa Senhora do Livramento e o famoso Carnaval Pantaneiro “Banana Folia”, ambos reunindo um grande público da cidade, zona rural e demais cidades circunvizinhas. Oferece também o Hipódromo Municipal, Relógio Fonte Pública e a Praça Portal do Pantanal, na entrada da cidade, além da tradicional comunidade quilombola Mata Cavalão. O abastecimento é feito pelo Departamento de Água e Esgoto de N. Sr^a do Livramento DAE. Possui outorgado.
34. **Município de Nobres** – É um território habitado imemorialmente por povos indígenas da nação Bakairi. Região rica em belezas naturais que, nos meandros da Serra do Tombador escondem-se verdadeiras maravilhas esculpidas pela natureza, com inúmeras cachoeiras e grutas e, algumas totalmente inexploradas. Caracteriza-se pelo interesse turístico, econômico, social, cultural e ancora uma Unidade de Conservação. O abastecimento é feito pela Empresa de Saneamento de Nobres – ESAN. Possui Outorga.

4.4.2 Sociedade civil

Associações: Associação é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Ou seja, é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Entidades devem ser identificadas nos municípios da área da bacia

Cooperativas: Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. É constituída por membros de grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade. As premissas do cooperativismo são: Identidade de propósitos e interesses; Ação conjunta, voluntária e objetiva para coordenação de contribuição e serviços; Obtenção de resultado útil e comum a todos. Defender interesse comum do grupo; melhorar o bem-estar na comunidade.

35. **Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso APROSOJA.** Associação de classe sem fins lucrativos, constituída por produtores rurais ligados às culturas de soja e milho do Mato Grosso. Seu objetivo central é unir a classe.

Capítulo 1

36. **Associação de Esportes, Lazer e Cultura – AELC.** A AELC utiliza as águas da bacia do rio Cuiabá para oferecer lazer à população.
37. **Associação Cultural Flor Ribeirinha.** Idealizada e fundada pela Mestre da Cultura Domingas Leonor da Silva, a Associação Cultural Flor Ribeirinha trabalha há mais de 24 anos no resgate, manutenção, proteção e difusão da cultura popular, sobretudo o Siriri e Cururu, bem como com outras formas de expressão da cultura regional em todo o Estado de Mato Grosso. Atua como grupo de Siriri e Cururu com o nome “Flor Ribeirinha” na comunidade histórica onde nasceu, chamada de São Gonçalo Beira Rio, onde se vivenciam e preservam as tradições cuiabanas nas celebrações tradicionais das festas de santos, na produção da cerâmica em argila e comidas e bebidas típicas, na confecção e uso da viola de cocho nas atividades, além do modo de vida dos ribeirinhos com seus costumes e tradições. Historicamente em sua longa trajetória, a Flor Ribeirinha realiza a importante tarefa de divulgar a cultura popular não só em nosso estado, mas para todo Brasil e o mundo.
38. **Instituições de Ensino Superior (Particular).** São unidades de organização institucional autônoma no âmbito do ensino superior. Regulamentadas pela Lei Nº 9.394, de 1996, as IES são classificadas, conforme suas características, como faculdade, universidade e centro universitário. As universidades contam com mais independência, podendo criar cursos sem requerer autorização junto ao MEC. Elas devem obrigatoriamente proporcionar atividades de ensino, pesquisas e projetos de extensão, inclusive, de serviços ou atendimentos para a sociedade em várias áreas do conhecimento.
39. **Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) do Médio e Alto Rio Cuiabá, GAP-UPG P4 – GAP.** Pela Resolução CEHIDRO/CBH Cuiabá ME nº 1 dispõe sobre as atribuições do GAP UPG P4: Acompanhar os trabalhos durante a elaboração do PBH; analisar se os objetivos do PBH estão sendo alcançados de acordo com as etapas e cronograma previstos; aprovar o PBH juntamente com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Mato Grosso (CEHIDRO); Avaliar a implementação do PBH aprovado.
40. **Conselhos Municipais de Saneamento Básico dos municípios da UPG P4.** LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020.

Empresas e Indústrias na área da Bacia Hidrográfica UPG-P4:

Município de Cuiabá:

41. **JBS S A.** É uma multinacional de origem brasileira, reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos. Traz o nome das iniciais do seu fundador José Batista Sobrinho, em 1953. Com sede na cidade de São Paulo, a Companhia está presente em mais de 20 países. A JBS conta com um portfólio de produtos diversificado, com opções que vão desde carnes in natura e congelados até pratos prontos para o consumo, comercializados por meio de marcas reconhecidas no Brasil e no exterior, como Friboi, Swift, Seara, Seara

Gourmet, Doriana, Massa Leve, Pilgrim's Pride, Swift Prepared Foods, Primo, entre outras. A Companhia também atua com negócios correlacionados, como couro, biodiesel, colágeno, envoltórios naturais, higiene pessoal e limpeza, embalagens metálicas, transportes e soluções em gestão de resíduos, reciclagem, operações inovadoras e que promovem também a sustentabilidade de toda a cadeia de valor do Negócio.

42. **Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV S A.** É uma empresa brasileira dedicada à produção de bebidas. Dentre os principais produtos da Ambev, estão: Bebidas alcoólicas (Cervejas, Chops e Bebidas Mistas); Bebidas não alcoólicas (Refrigerantes, Sucos, Isotônicos, Energéticos, Chás e Água). Quais marcas que fazem parte da Ambev? Rótulos como Original, Brahma, Brahma Extra, Skol, Antarctica Pilsen, Antarctica Sub Zero, Serra Malte e Budweiser, além do conhecido Chopp Brahma (Filial em Várzea Grande).
43. **LOTUFO – Engenharia e Construções LTDA.** É uma empresa genuinamente mato-grossense que iniciou suas atividades com a prestação de pequenos serviços para construção civil pública e privada, e ganhou destaque no mercado ao executar obras de pavimentação e energia elétrica. O desempenho das atividades e serviços sempre foram cumprindo as normas técnicas em vigor, de modo a satisfazer os padrões de qualidade necessários e garantir a eficácia e agilidade na prestação dos serviços. Conta com equipe e colaboradores treinados e capacitados, além de possuir máquinas e equipamentos de ponta, apropriados para atender as mais diversas exigências do mercado. A Lotufo se destaca pela preocupação com a responsabilidade ambiental, investindo em qualidade aliado ao desenvolvimento sustentável, buscando minimizar os impactos e interferências no meio ambiente e, ainda realiza periodicamente auditoria em seus empreendimentos e empresas subcontratadas, visando garantir o cumprimento dos requisitos de seu sistema de gestão de qualidade, detalhado em seu manual de qualidade.
44. **Rancho das Águas Santa Maria LTDA.** É uma MATRIZ do tipo Sociedade Empresária Limitada situada em Cuiabá – MT. Sua atividade econômica principal é atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza.
45. **Consórcio Construtor Cr Almeida Santa Barbara.** Construção de rodovias e ferrovias
46. **Âmbar Energia LTDA.** Desenvolve, implanta e explora projetos nos segmentos de Geração Térmica, Transmissão e Comercialização de Energia para contribuir com os novos desafios de expansão e diversificação da matriz energética brasileira. Um time de profissionais com grande experiência no setor identifica oportunidades e cria soluções que atendam aos desafios do Sistema Interligado Nacional (SIN). Um sistema que engloba as cinco regiões do Brasil e reúne instalações operadas por empresas de natureza privada, pública e de sociedade mista, regulado e fiscalizado pela ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica. Âmbar é a empresa de energia da J&F Investimentos S.A presente em mais de 30 países e que tem em seu portfólio empresas como a JBS (líder global em processamento de proteína

animal). O Projeto conta com uma usina termelétrica e por um conjunto de gasodutos interligados que transportam o gás natural desde Chiquitos, na Bolívia até Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, no Brasil.

Município de Acorizal:

47. **PB Brasil Indústria e Comércio de Gelatinas LTDA.** Com sede em ACORIZAL, MT, foi fundada em 19/06/2009. 13 anos. A sua principal atividade econômica é Fabricação de Pós Alimentícios.

Município de Rosário Oeste:

48. **Seara Alimentos LTDA.** Empresa que trabalha para oferecer produtos que levam praticidade, confiança e inovação para a sua mesa. Sempre investindo em tecnologia, qualidade e inovação, a Seara cresce ano após ano. Todos os seus produtos passam por processos que garantem qualidade e procedência. A Seara Alimentos passa a ser controlada pelo Grupo JBS, líder mundial em processamento de carne bovina, ovina e de aves, além de forte participação na produção de carne suína.

Município de Várzea Grande:

49. **Concremax Concreto Eng. Saneamento.** Atividade principal: Construção de edifícios. Atividades Secundárias: Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Incorporação de empreendimentos imobiliários; Construção de rodovias e ferrovias; Construção de obras de arte especiais; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de estações e redes de telecomunicações; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Obras de terraplenagem; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.
50. **Marfrig Global Foods S A.** É uma empresa brasileira de alimentos, especializada na produção proteína animal. Fundada em 2000, atualmente é considerada uma das companhias brasileiras de alimentos mais internacionalizadas e diversificadas e uma das maiores companhias à base de proteína animal do mundo, detém 50 unidades produtivas, comerciais e de distribuição instaladas em doze países em quatro continentes, tendo seus produtos presentes em cerca de 100 países.
51. **Norsa Refrigerantes S.A.** Sociedade Anônima fechada. Fabricação de refrigerantes. Atividades Secundárias: Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo; Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas; Comércio atacadista de água mineral; Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão.

Capítulo 1

52. **Brasil Foods S.A. - BRF.** Uma das maiores empresas globais de alimentos, presente em 127 países, com mais de 100 mil colaboradores e um propósito: Segurança, Integridade e Qualidade. A BRF tem o compromisso rigoroso de tolerância zero em relação ao maltrato dos animais, seja por abuso ou negligência.
53. **Pantaneira Ind Com Carnes e Derivados LTDA.** É uma Sociedade Empresária Limitada. Atividades Secundárias de Acordo com a Classificação Kompass. Produtos de matadouro, não processados, não alimentares. Carne e carne de caça processada. Frigorífico - abate de bovinos; Preparação de subprodutos do abate; Fabricação de produtos de carne; Frigorífico - abate de suínos. Compreende o abate de bovinos em matadouros e em frigoríficos, junto de outras atividades associadas.
54. **Cia Maranhense de Refrigerantes.** Sociedade Anônima Fechada. Fabricação de refrigerantes. Comércio atacadista de água mineral. O comércio atacadista de água mineral envolve a distribuição deste produto para demais estabelecimentos comerciais, empresas e grandes encomendas de pessoas físicas. Água mineral é a proveniente de fontes naturais e pedras, conhecidamente rica em minerais e apropriada para consumo humano. Pode ser vendida em galões retornáveis de vinte litros, galões menores de dez e cinco litros, além de garrafinhas e copos plásticos descartáveis. Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; Comércio varejista de bebidas; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente.
55. **Sadia S A.** Presente em mais de 150 mil pontos de venda no Brasil, oferece mais de 300 tipos de produtos que vão desde os derivados de carnes suína até as sobremesas. Em 2009, junto com a Perdigão, fundou-se a BRF e hoje estão em mais de 140 países, entre Oriente Médio, Europa, Extremo Oriente, América Latina e África. Inovadora por vocação, a Sadia foi a primeira a fazer congelados que facilitam a vida das pessoas. Lasanha, nuggets, pizza e hot pocket garantem sabor e praticidade para as famílias.
56. **Sebo Várzea Grande Ind Com de Produtos Animais LTDA.** Cadastrada na Solutudo no segmento de Abatedouros. A empresa Sebo Várzea Grande Ind. e Com. de Produtos Animais Ltda está cadastrada na Receita Federal sob o CNAE 1013-9/02 com atividade fim de Preparação de Subprodutos do Abate.
57. **Carnes Boi Branco LTDA.** Sociedade Empresária Limitada. Atividade Frigorífico - abate de bovinos; Fabricação de produtos de carne; Preparação de subprodutos do abate
58. **Renosa Ind Bras de Bebidas S. A.** A Renosa é uma holding de investimento cuja origem remonta a 1977, quando o empresário Luiz Carlos Lomba de Mello adquire o controle da Refrigerantes do Noroeste S.A., na época o fabricante franqueado da Coca-Cola para o Estado do Mato Grosso.

Capítulo 1

59. **Viposa S. A.** A empresa, atua em diversas unidades de negócio (Couros Wet Blue, Couros Semiacabados, Couros acabados, Cabedais, Cortes Automotivos e Calçados de Segurança).
60. **Frical Frigorífico LTDA.** Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária). Atividade Principal: Comércio atacadista de aves abatidas e derivados. Atividades secundárias: Comércio atacadista de aves abatidas e derivados; Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais.
61. **Gold Delos Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA.** Iniciou as atividades em 27/04/2010. A principal atividade dessa empresa é Construção de Edifícios.
62. **MRV Prime Fava Incorporações Spe LTDA.** Atividade: Incorporação de empreendimentos imobiliários.
63. **Pantaneira Indústria Comércio Carnes LTDA.** Atividade: Frigorífico - abate de bovinos, abate de suínos, fabricação de produtos de carne, preparação de subprodutos do abate.
64. **Ductievicz Incorporador LTDA** Atividades: Incorporação de empreendimentos imobiliários. Construção de edifícios. Obras de terraplenagem; Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado; Obras de urbanização; ruas, praças e calçadas; Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de rodovias e ferrovias
65. **MRV Eng e Participações S A.** Atividade: Incorporação de empreendimentos imobiliários
66. **Spe Golden Garden Empreendimento Imobiliário LTDA.** Loteamento de imóveis próprios, compra e venda de imóveis próprios, incorporação de empreendimentos imobiliários.
67. **Várzea Grande Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.** Atividade: Incorporação de empreendimentos imobiliários, construção de edifícios.

Município de Poconé

68. **Serviço Social do Comércio - SESC.** O Sesc Poconé é unidade de grande relevância e abrangência na atuação do Polo Socioambiental Sesc Pantanal, pois tem como objetivo a inserção do Sesc na realidade social da região para promover a valorização da cultura e a melhoria da qualidade de vida das populações no âmbito da saúde, cultura, educação e lazer.

Município de Rosário Oeste

69. **Seara Alimentos Ltda.** Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral. - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; - Comércio atacadista de aves abatidas e

derivados; - Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais; - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; - Outras sociedades de participação, exceto holdings.

70. **Suinobras Alimentos LTDA.** Empresa privada, do setor agrícola, seguimento da suinocultura. Tem na atividade de criação de suínos, em granja de ciclo completo e melhoramento genético do plantel reprodutivo o seu foco. Sediada no estado do Mato Grosso, com a matriz em Cuiabá e filiais em Rosário Oeste, Diamantino e Pedra Preta. É uma empresa Filial de abatedouro.
71. **Agropecuária Videplast Ltda.** A criação de bovinos para corte refere-se à atividade pecuária que envolve gados (bovinocultura) para comercialização das suas partes. Os beneficiários desse serviço são os empresários interessados no gado preparado para o corte, assim como os interessados no sêmen dos bovinos de corte para futuras reproduções.

4.4.3 Comitês de Bacias Hidrográficas em Mato Grosso UPG P-4

72. **Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Cuiabá, ME.** Tem por objetivo a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos na bacia hidrográfica, utilizando-se da implementação dos instrumentos técnicos de gestão, harmonizando os conflitos e promovendo a multiplicidade dos usos da água, garantindo a utilização racional e sustentável dos recursos para a manutenção da boa qualidade de vida da sociedade local.
73. **Comitê da Bacia do rio São Lourenço.** É caracterizada por uma série de conflitos no que se diz respeito à degradação socioambiental. Seus rios convivem com elevado índice de assoreamento provocada por atividade garimpeira, construção das estradas vicinais mal locadas, atividade agropastoril, uso inadequado de agrotóxicos, construção de PCH's e desmatamento da vegetação ciliar. Objetivo de implementar a política estadual de recursos hídricos na área de abrangência do CBH;
74. **Comitê da Bacia dos Ribeirões Várzea Grande e Sapé - CBH Covapé** (município de Primavera do Leste). Tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Primavera do Leste e Poxoréu.
75. **Fórum Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional e Economia Solidária da Baixada Cuiabana - FTSANES-BC.** Tem caráter permanente de proposição, discussão, sensibilização, mobilização e articulação para apoiar e desenvolver iniciativas de promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) e de desenvolvimento da Economia Solidária (Ecosol) no âmbito da região da Baixada Cuiabana, no estado de Mato Grosso. Dentre os objetivos

articular e monitorar a implementação das Políticas Nacionais, Estaduais e Municipais de Recursos Hídricos e Resíduos Sólidos nos municípios da Baixada Cuiabana;

76. **Fórum Estadual dos Comitês de Bacia do Estado de Mato Grosso** – É a Instância Colegiada formada pelo conjunto dos Comitês de Bacias Hidrográficas legalmente instituídos no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, existentes no estado de Mato Grosso. O Fórum facilitará a interlocução do conjunto dos comitês com órgãos ou instituições estaduais e federais.
77. **Federação Mato-grossense das Associações de Bairros FEMAB** – Caracteriza-se pela identificação de problemas de interesse comum dos moradores dos bairros.
78. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Saneamento Ambiental - NIESA**. Pensar o Saneamento Ambiental além do essencial. Proteção à saúde, responsabilidade socioambiental, transparência, compromisso com soluções tecno científicas e cooperação. trabalhar com ética profissional, promover atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, buscar soluções geradoras de impactos sociais positivos, atuar com eficiência, efetividade e economicidade.
79. **Imprensa** – É a coletiva dos veículos de comunicação que exercem o jornalismo, publicidade, notícias e outras funções comunicativas, que colaboram com exercício do controle social sobre o processo. OBS: perpassa todos os setores, entidades e atores sociais

4.4.4 Usuários

80. **Águas Cuiabá**-Empresa concessionária de abastecimento de água – Cuiabá e membro do CBH Cuiabá ME. O objetivo é desenvolver projetos e ações relacionados aos ODS mais aderentes ao modelo de negócio da Companhia, com métricas para o monitoramento da sua eficácia. A gestão da Iguá em relação à universalização do saneamento básico é pautada em 4 eixos de atuação: Segurança Hídrica, Eficiência na Gestão do Ciclo da água, Responsabilidade na Coleta e Tratamento de Esgoto e Respeito às Pessoas.
81. **Pequena Central Hidrelétrica do Rio Manso** (Furnas). Instalada em meados da década de 1990 no município de Chapada dos Guimarães, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Manso possui capacidade para gerar cerca de 210 MW de energia elétrica. Iniciada como um empreendimento da estatal Furnas Centrais Elétricas (Furnas), é atualmente gerida por uma parceria entre a estatal (70%) e empresas privadas (30%), representadas pela empresa Produtores Energéticos de Manso S/A (Proman). Seu reservatório ocupa uma área de aproximadamente 47 mil hectares, cujo enchimento atingiu principalmente grupos populacionais que residiam ao longo dos rios Quilombo, Casca e Manso desde meados do século XIX. Pequenos agricultores, pescadores, garimpeiros e extrativistas se viram, de uma hora para outra, alijados de seus territórios tradicionais, base material de todo seu modo de vida e condição para sua reprodução física e social. A instalação da UHE Manso destruiu

parte significativa dos ecossistemas locais e provocou enormes impactos sobre as populações da região. Empresa de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica comprometida com a responsabilidade social, FURNAS considera o meio ambiente uma componente fundamental no desenvolvimento de suas atividades

82. **Empresas de dragagem e desassoreamento.** Processo de desassoreamento de lagoa industrial para desassorear uma lagoa industrial por meio de dragagem.

4.4.5 Membros do CBH Cuiabá ME.

4.4.5.1 Setor Público Federal

83. **Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT.** Instituição de ensino superior pública federal sede em Cuiabá, Barra do Garças, Pontal do Araguaia, Sinop e Várzea Grande. Ensino, Pesquisa e Extensão com 21 mil estudantes. Objetiva ser uma instituição que contribui para o desenvolvimento econômico e regional, preocupando-se com a preservação do ecossistema, com a cultura e formação profissional, sendo referência em ensino e pesquisa em todo o estado de Mato Grosso e região. Possui campi em 5 cidades. Mato Grosso conta com duas (2) universidades federais, uma (1) universidade Estadual com vários campi nos municípios de Mato Grosso, um (1) Instituto Federal de Educação e várias universidades particulares.
84. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA.** Divisão de desenvolvimento, Registro e Monitoramento de Aquicultura e Pesca – SFA/MT. É responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor.

4.4.5.2 Setor Público Estadual

85. **Secretaria Estadual de Meio Ambiente MT- SEMA.** É uma Secretaria que promove o controle, a preservação, a conservação e a recuperação ambiental, bem como formula, propõe e executa as Políticas Estaduais do Meio Ambiente contribuindo para o desenvolvimento sustentável em benefício da qualidade de vida do povo mato-grossense.
86. **Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística MT-SINFRA.** É uma secretaria estadual para promover e gerir soluções de infraestrutura e logística integradas, seguras e efetivas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do estado de Mato Grosso. Realizar ações de fiscalização em proteção do espaço público urbano, garantir a limpeza pública, projetar e desenvolver ações relacionadas ao crescimento da cidade, garantir a promoção de políticas de gestão, no sentido de revitalizar e manter ambientes de uso coletivo, atender as demandas diárias encaminhadas pela população e cuidar da iluminação pública.

87. **Secretaria de Estado de Saúde - SES/MT** gestora do Sistema Único de Saúde – SUS – cujas principais funções são: definição de políticas, o assessoramento aos municípios, a programação, o acompanhamento e a avaliação das ações e atividades de saúde.

4.4.5.3 Setor Público Municipal

88. **Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá – ARSEC.** É um instrumento em favor dos direitos e interesses dos usuários dos serviços públicos. A Agência busca a garantia da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade pelas empresas concessionárias relacionadas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo e tratamento de resíduos sólidos da construção civil, tarifa do transporte coletivo e iluminação pública. Atende as demandas buscando a consonância e o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias e permissionárias e os serviços prestados à população.
89. **Secretaria Municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico.** Esta secretaria visa promover ações relativas à agropecuária e de abastecimento, coordenar e cooperar com iniciativas públicas de apoio ao produtor rural e de agronegócio. Essa secretaria é responsável por garantir que as políticas públicas sejam colocadas em prática, visando o desenvolvimento do município. Além disso, ela também atua na promoção do emprego e da renda, incentivando o crescimento econômico.
90. **Secretaria Municipal de Agricultura Chapada dos Guimarães.** De acordo com o Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, o objetivo é prestar assistência inicial e continuada para a implantação do laticínio, para que o leite produzido na região se torne sustentável e possa ser comercializado no mercado local, gerando renda para os produtores rurais.
91. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso- CREA/MT.** É uma autarquia, personalidade jurídica de direito público, exerce o papel institucional de primeira e segunda instância, verificando, orientando e fiscalizando o exercício e a atividade das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea: Engenheiros, Agrônomos, Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas e Tecnólogos. Sua atuação está voltada para a promoção do bem-estar da sociedade, pois visa defendê-la da prática ilegal das profissões que congrega. Além disto, busca mais comprometimento com resultados organizacionais eficientes e eficazes, garantindo servidores com melhor capacidade técnica para conduzir a instituição. Negócio: Registro e fiscalização do exercício e da atividade profissional das áreas de Engenharia, Agronomia e demais profissões do Sistema CONFEA/CREA's". Mais 26 municípios polo MT
92. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - SMADESS – Cuiabá.** Articular a definição e a implementação das políticas de meio ambiente do Município de forma integrada e Inter setorial.

4.4.5.4 Setor Sociedade Civil

93. **Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC.** Organização não-governamental, criada em outubro de 2001, para promover gestão participativa das águas com o intuito de estimular a sociedade civil a participar da gestão cidadã das bacias hidrográficas, consciente de que a água é patrimônio e responsabilidade de todos.
94. **Arca Multincubadora.** Incubadora com principal objetivo de promover o desenvolvimento econômico, financeiro, social, cultural e ambiental de negócios de impacto social e ambiental por meio de apoio na gestão financeira, mercado, empreendedorismo, qualificações e tecnologia.
95. **Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos - FUNDAÇÃO ECOTRÓPICA.** É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública e reconhecida como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Contribui não só para a melhoria do relacionamento do homem com o meio ambiente, mas também defende a natureza e todo seu meio como base de sustentação de toda forma de vida.
96. **Instituto Técnico de Educação, Esporte e Cidadania - ITEEC Brasil** Este instituto visa promover cidadania e inclusão social levando educação, qualidade de vida, fortalecimento da família e prevenção.
97. **Águas Cuiabá-**Empresa concessionária de abastecimento de água – Cuiabá e membro do CBH Cuiabá ME. O objetivo é desenvolver projetos e ações relacionados aos ODS mais aderentes ao modelo de negócio da Companhia, com métricas para o monitoramento da sua eficácia. A gestão da Iguá em relação à universalização do saneamento básico é pautada em 4 eixos de atuação: Segurança Hídrica, Eficiência na Gestão do Ciclo da água, Responsabilidade na Coleta e Tratamento de Esgoto e Respeito às Pessoas
98. **Associação dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientais de Mato Grosso AESA.** Entidade jurídica de direito privado, associação de classe; congrega engenheiros e empresas afins da região, defendendo interesses e anseios de seus associados; promover o intercâmbio de informações e atualizações técnicas e tecnológicas; organizar divisões técnicas, comissões permanentes e grupos de trabalho; organizar cursos de formação e especialização, congressos, seminários, reuniões, debates, palestras e visitas técnicas; desenvolver atividades culturais, sociais e desportivas entre os associados e a própria comunidade; promover intercâmbio com associações congêneres e zelar pela ética profissional.
99. **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental-ABES.** Há 55 anos trabalhando pelo saneamento, pela saúde e pela qualidade de vida das pessoas. Missão: Contribuir para o desenvolvimento do saneamento ambiental e promover atividades técnico científicas, político institucionais e de gestão para a melhoria da saúde e da qualidade de

vida das pessoas. Visão: ser a entidade nacional referência no setor de saneamento /ambiental. Valores: Ética, transparência, comprometimento, valorização do associado, respeito ao meio ambiente.

100. **Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Mato Grosso - FEPESC-MT.** Busca a sustentabilidade ambiental, econômica e social da atividade pesqueira praticada no Estado de Alagoas, atuando em consonância com os órgãos gestores da pesca no Brasil, entendendo por atividade pesqueira e pesca extrativa e aquicultura. Visa trabalhar nas modalidades da pesca e da aquicultura, nas suas diversas escalas de produção, almejando a mudança da base produtiva e atendendo às necessidades de investimentos nos segmentos de grande carência. Busca-se desenvolver sem diminuir os estoques pesqueiros, gerar renda sem degradar o meio natural e, principalmente, dar ênfase na melhoria das condições sociais e de trabalho dos pescadores artesanais e dos produtores da aquicultura familiar.
101. **Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso - SINDENERGIA.** É uma entidade autora do planejamento da matriz energética do Estado do Mato Grosso até 2.022. Representa e coordena os interesses gerais da categoria econômica da indústria de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, construções, montagens e instalações de usinas, linhas de transmissão e subestações, redes elétricas, telefônicas e instalações de telecomunicações, consultoria, fiscalização, controle de qualidade, projetos de engenharia em geral, indústria de produção de gases industriais, engarrafamento de GLP e transporte e distribuição de gás natural na base territorial do Estado de Mato Grosso conforme estabelece a legislação sobre a matéria, bem como os interesses individuais de suas associadas que estejam de acordo com os da categoria; Representa os interesses da categoria econômica e de suas associadas junto aos setores público – executivo, legislativo e judiciário, órgãos governamentais em geral, empresas públicas, concessionárias de serviços públicos, autarquias, sociedades de economia mista e privado; Representa a categoria junto às associações sindicais de grau superior, notadamente a FIEMT – Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso. Tem por Ética, Integridade, Coragem, Transparência, Respeito às Pessoas, Gestão Participativa, Atendimento integral às legislações pertinentes.
102. **Instituto Cidade Legal.** É uma associação civil de natureza privada, sem fins lucrativos, de caráter científico cultural educacional, com fins de interesse público sem vinculação político partidária, nem distinção de credo, raça, etnia e classe social. É dirigida por seus instituidores e associados efetivos, em caráter permanente.

Esta é a listagem inicial da caracterização dos atores, identificados na área da bacia hidrográfica do rio Cuiabá, que deverão ser contactados e convidados a participar do acompanhamento da elaboração do plano de bacia da área UPG P4. Outros atores ainda podem

ser incluídos ao longo do processo de elaboração do plano, tanto pelas sugestões dos membros do próprio CBH Cuiabá ME, quanto pelos demais membros da equipe da UFMT que está elaborando esse plano.

4.5 Conclusão

Este texto teve como objetivo fazer um levantamento inicial para identificar e caracterizar os atores estratégicos da BH UPG P4 com vistas a posterior trabalho de mobilização e envolvimento participativo que contribua para a gestão dos recursos hídricos, “especialmente nas tomadas de decisão, associando aos critérios técnicos a ponderação das escolhas políticas, que representem acordos sociais resultantes de negociações entre os atores no âmbito do CBH Cuiabá ME e confirmam maior legitimidade ao PBH”.

O levantamento realizado propiciou identificar uma miríade de atores significativos ao escopo desta produção, uma vez que a caracterização mostra instituições públicas, privadas e da sociedade civil, de ensino, municípios da UPG P4 com os serviços de Abastecimento Público e Esgotamento Sanitário, associações culturais e de lazer, conselhos e comitês dentre outros, cujas atribuições dizem respeito, direta ou indiretamente aos recursos hídricos e aos cuidados com o meio ambiente, de modo geral.

Espera-se que, o plano da bacia em questão possa contar com o envolvimento, participação e contribuições desses atores.

Visando a integração desses com o comitê de BH da UPG P4 e com a equipe de elaboração do plano. Concomitante a este levantamento foi elaborada uma programação de eventos com reuniões temáticas referentes aos recursos hídricos da bacia e um Plano de Ação com os objetivos de comunicar a elaboração do plano, dar conhecimento dos seus propósitos é estimular o engajamento dos atores.

Neste trabalho, não há qualquer juízo de valor frente a esses atores da bacia em questão. Foi adotado o critério exigido pela Resolução CNRH nº 145, de 12/ 12/2012 e a proposta do plano de trabalho do Termo de Referência que conta com a “Caracterização de atores relevantes para a gestão dos recursos hídricos e dos conflitos identificados”. Foram listados como segue: I - Setor Público: Atores das Esferas Federal, Estadual e Municipal. Na esfera municipal, em destaque, os municípios da UPG P4 com os serviços de Abastecimento Público e Esgotamento Sanitário, II – Sociedade Civil; III – Usuários; IV – Membros do CBH Cuiabá ME.

Observa-se que, a composição do CBH Cuiabá ME, gestão 2022-2024 está constituída de Setor de Governo (10) dez entidades e Sociedade Civil (10) dez entidades.

A metodologia do Planejamento Estratégico Situacional - PES que dá suporte à listagem dos atores sociais aqui apresentados, deverá permitir o estabelecimento de diálogo entre os atores, uma vez que pressupõe uma forma de se preparar para ocorrências, na bacia, de maneira flexível, considerando mudanças e situações não previsíveis para os gestores.

Espera-se que esta caracterização de atores contribua para novos passos como aplicação da metodologia da Análise das Partes Interessadas que permitirá apresentar o mapa dessas instituições e que dê suporte aos desmembramentos necessários para a construção de um plano que expresse a realidade da região e que seja exequível.

5 REFERÊNCIAS

ABES. OMS: Para cada dólar investido em água e saneamento, economiza-se 4,3 dólares em saúde global. 2014. Disponível em: <https://abes-es.org.br/oms-para-cada-dolar-investido-em-agua-e-saneamento-economiza-se-43-dolares-em-saude-global/>. Acesso em: abr. de 2021.

ABERS, R. N. et al. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 115-132, 2009.

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Cadernos de capacitação em recursos hídricos. 2011. Disponível em: <https://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf>. Acesso em: jul. 2022

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. 2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-dosingreh/comites-de-bacia-hidrografica/conteudos>> Acesso em: set. 2022.

ANA - Agência Nacional de Águas. Cadernos de Capacitação vol. 1. O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA. O QUE É E O QUE FAZ? Disponível em <<https://www.gov.br/ana/pt-br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sas/cadernos-de-capacitacao>> acesso em set. 2022.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398. Disponível em <https://www.scielo.br/j/op/a/6pHpmRWCWhM57s9svCdHZyB/>. Acesso em 15 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: <http://bit.ly/1iC6rDg>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CBH CUIABÁ ME. Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Cuiabá Margem Esquerda. Disponível em: <<https://cbhcuiaba.wixsite.com/home/composicao>> Acesso em 10 set. 2022.

CORREIA, M. V. C. Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

COUTINHO, C. N. Gramsci e sociedade civil. *Gramsci e o Brasil*, Juiz de Fora, 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2zdkLCy>. Acesso: 29 ago. 2017.

Capítulo 1

GENTILINI, J. A. – Atores cenários e planos: o planejamento estratégico situacional e a educação. In Cadernos de Pesquisa 2014 – Disponível em <https://doi.org/10.1590/198053142954> 2014. Acesso em jul. 2022.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. 8 Ed. São Paulo: Cortez, 2005, 360p.

LUCINI, J.A.de. Quem é a Sociedade Civil? Atores, atitudes e comportamento político nos comitês de bacia hidrográfica. Brasília. Dissertação de Mestrado, UnB. 2008, 184 p.

MACIEL, J. O. F. Atores no Planejamento Estratégico Situacional-PES. Cuiabá: Projeto de Extensão do Núcleo Institucional de Estudos em Saneamento Ambiental – NIESA/UFMT. Power Point, 2022.

MARTINS, J. O que é uma análise das partes interessadas e por que ela é importante? 6 de janeiro de 2021 <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/carla+artigo?projector=1> Acesso em 10 /07/ 2022.

MATO GROSSO. Política Estadual de Recursos Hídricos. Lei n.11.088, de 9 de março de 2020 <https://www.al.mt.gov.br/legislacao/22400/visualizar>

MÜLLER, Geraldo (Org.). Jogo Social e Governo. São Paulo: FUNDAP/Egap, 1999.

Resolução CNRH 145, de 12 de dezembro de 2012 com diretrizes para a elaboração de planos de RH de Bacias Hidrográficas <
<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=129681>>

SOUZA, M.L., Desenvolvimento de Comunidade e participação. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2010, 264p.

SOUZA, C. M. N. Gestão da água e saneamento básico: reflexões sobre a participação social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Belém, PA, Brasil. Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.4 p.1058-1070, 2017.

Termo de Referência. Plano de Bacia Hidrográfica. Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá – CBH Cuiabá ME, maio 2020.

TURIN, L. R; RONDON-LIMA, E.B.N.; FIGUEIREDO, D.M.; CABRAL, T.O. (2021) Aplicação de Indicadores de Governança da Água no CBH Cuiabá ME (MT). Anais. XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Belo Horizonte, MG.